

ENTOES:

Encontro Nacional vai
dar novos rumos ao
sindicalismo brasileiro

Págs. 10 e 11

EM TEMPO

Quinzenário Nacional • ANO III • Nº 114 • 11 a 24 de setembro de 1980 • Cr\$ 30,00

Por motivos de ordem técnica somos
obrigados a não utilizar nessa tradi-
cional cor vermelha na capa do F.V.

SÓ O POVO NAS RUAS PODE COMBATER O TERRORISMO

Ditadura acoberta os terroristas
e lança provocações contra
a Oposição Popular

Págs. 2 e 3

ESCÂNDALO SINDICAL

Exclusivo:
Pelego gaúcho é
apanhado em
flagrante dedurando
a categoria aos
órgãos de repressão
da ditadura.

Págs. 8 e 9

UNIVERSIDADE

Greve Geral
Nacional é
um sucesso
unificando
professores e
estudantes

Pág. 5



**Dia 18/9: Encontro Nacional, em Brasília, das forças
democráticas contra o terror.**

Estudantes

Lançada a
Corrente
Estudantil do PT

Pág. 7

Mulheres

Porque é
fundamental lutar
por creches

Págs. 18 e 19

Chile

No aniversário
do golpe, fala
o líder do MIR,
Pascal Allende

Pág. 13

Polônia

As vitórias
da democracia
proletária

Págs. 14 e 15

Barbacena-MG: O Exército faz de conta que apura o terrorismo

A palhaçada não tem limites

Da sucursal

Com o episódio de Barbacena, o Governo cruzou de vez a fronteira do absurdo, do ridículo, do grotesco. A nota divulgada com o aval da Secretaria de Imprensa da Presidência da República, que acusa a Organização Socialista Internacionalista (OSI), de ter feito de Barbacena o palco de suas ações, incriminando o velho político liberal Manoel Conegundes como dirigente da OSI, e associado as toscas bombinhas "cabeça-de-negro" de Barbacena com o potente e sofisticado explosivo que matou D. Lyda, foi recebida até com ironia pela grande imprensa. Enquanto a *Folha de São Paulo*, em editorial do dia 3, lembrava que "os reflexos do incêndio do Reichstag não se apagaram até hoje", o *Jornal do Brasil* trazia uma charge onde um grupo de palhaços reclamava que o governo está invadindo a sua área. Na Assembléia Legislativa de Minas, comentava-se que Barbacena, palco da centenária disputa entre os Bias e os Andradas, confirmara agora o seu conceito de ser o centro nacional da fofoca.

Palhaçada ou fofoca, o episódio no entanto tem origem e consequências de enorme transcendência política. Nele estão diretamente envolvidos o Governador Francelino Pereira, o General José Luiz Coelho Neto, comandante da 4ª Divisão do Exército, o promotor José Maria dos Santos, especialmente designado por Francelino para acompanhar as investigações sobre o terrorismo em Minas e a Presidência da República, através da SECOM.

Para o governo, recuar sobre seus próprios passos, desmentir a declaração oficialmente assumida, é bastante improvável. Seria ele próprio confirmar o descrédito sobre si mesmo, num momento em que o Governo - Figueiredo que o diga - está mais do que nunca empenhado em garantir a imagem de que investiga com energia o terrorismo. O mais certo é que, apesar das contradições, a trama seja mantida. Como aliás está sendo mantida a provocação sofrida pelo prof. David Maximiliano, diretor da UTE, em cuja casa a polícia diz ter encontrado artefatos capazes de formar uma bomba, a qual seria utilizada num atentado contra Figueiredo. David continua preso em Linhares, aguardando julgamento.

Escola de Samba

O ponto mais frágil e revelador da trama armada, está na acusação do envolvimento direto da OSI no episódio, e a indicação de Eduardo Vilanova (vereador pelo MDB, em Antônio Carlos, cidadezinha próxima a Barbacena), Ubirajara Bertolotti (vereador pelo MDB em Barbacena), Manoel Conegundes (candidato a deputado federal pelo MDB em 1978), Marco Antonio de Ataíde Lima (candidato a vereador em 1976, pelo MDB, em Barbacena), além de dois indivíduos de nome "Nonato" e "Ivone", como membros dessa organização. Contraditoriamente, o delegado João Alves da Costa, que assumiu a responsabilidade pela prisão dos acusados, havia afirmado anteriormente à imprensa que o grupo terrorista desmantelado chamava-se "Itamaracá". A informação foi desmentida pelo Diretor do DOPS mineiro, que chegou a dizer que o delegado "falou bobagem, pois Itamaracá me parece mais nome de Escola de Samba".

Em nota oficial divulgada no dia 2 de setembro, e em entrevista coletiva de um de seus dirigentes, a OSI declara que "desconhece os cidadãos presos em Barbacena" que sempre foi intransigente contra o terrorismo e que defende, em todos os seus textos e declarações (ao alcance de qualquer pessoa que atue no movimento operário e democrático e, evidentemente, também da polícia), os métodos de luta dos trabalhadores.

A informação da OSI é confirmada pela liderança do PP em Minas. O deputado Dalton Canabrava, que depois de negar o envolvimento do vereador Bertolotti, assim



defende Manoel Conegundes, acusado de ser o dirigente da OSI em Barbacena: "A acusação em seu caso, atinge as raias do ridículo, já que o professor Manoel Conegundes, leciona há mais de 20 anos na Escola Preparatória de Cadetes do AR em Barbacena, e conforme atestam os diversos comandantes sob cujas ordens serviu e continua servindo no estabelecimento militar, é cidadão de conduta ilibada e irrepreensível." O próprio comandante da Escola, Brigadeiro Paulo Roberto Coutinho, garantiu que Conegundes "não está envolvido em atividades subversivas".

Por todo lado, brotam as contradições: o diretor do DOPS de Minas, Ediraldo Brandão, declarou que, segundo o acusado, Eduardo Vilanova, este teria agido por conta própria e não sob orientação da OSI. É bom lembrar que a nota da SECOM, em várias passagens estabelece o vínculo entre a suposta ação de Eduardo e o programa da OSI, qualificada de organização terrorista.

Cão que ladra, morde

A tentativa de vincular as explosões de Barbacena, os 40 atentados ocorridos em Minas e, mesmo com outros 67 ocorridos no país, aparece na nota emitida pela SECOM. Antes, porém, a vinculação foi feita expressamente pelo Governador Francelino Pereira e pelo General Coelho Neto. Posteriormente, ela apareceu confirmada também em declaração do General Bandeira, atual comandante do III Exército, no RGS. O primeiro se encontra sob a suspeição oficial de uma CPI que apura "o descaso e a omissão das autoridades na investigação dos atentados em Minas Gerais". Os dois outros foram denunciados pelo deputado Genival Tourinho, como articuladores nacionais do terrorismo.

Mas as explosões de Barbacena foram, no primeiro momento, qualificadas pelo setor de relações públicas da Polícia Militar de Minas de "atos de vandalismo, sem qualquer conotação política". Chama a atenção, em contraste com os atentados extremamente profissionais que têm abalado o país, a sua característica rudimentar, artesanal. Além disso, foram os primeiros entre as dezenas de

atentados ocorridos em Minas que não têm como alvo as entidades de oposição. Finalmente, ao contrário dos outros 107 atentados ocorridos nos últimos três anos no país, os supostos terroristas foram presos em menos de 24 horas, e em 48 horas a polícia já tinha em mãos a confissão circunstanciada. A ligação aparece tão difícil de ser sustentada que foi negada em declarações à imprensa pelo ministro da Justiça Abi-Ackel e pelo general Danilo Venturini, ministro-Chefe da Casa Militar.

Coincidência reveladora

Esperava-se, portanto, um ato de provocação, incriminando um "bode expiatório", possivelmente no campo das forças de esquerda. Mas não se esperava uma farsa tão tosca e mal forjada, com ares de comédia como foi a de Barbacena. Pois a publicação da nota assumida pela SECOM, irrompeu em um momento em que o ministro da Justiça, se esquivava seguidamente das perguntas da imprensa alegando o sigilo das investigações. E a divulgação foi feita com tanta precipitação que o chefe da SECOM, Said Farhat, veio a público logo depois, apontar três incorreções na nota oficial, erros grosseiros a respeito da filiação partidária dos acusados.

Falta de zelo profissional do comunicador? O mesmo editorial da *Folha de São Paulo*, já citado, afirma que a análise da nota evidencia "que ela saiu dos órgãos de segurança e não da Secretaria da Imprensa da Presidência da República".

O fato é que a nota da SECOM comete uma gafe ao falar das "investigações específicas sobre os atentados terroristas, trabalhos estes, que vinham sendo desencadeados em Minas Gerais desde o mês de junho último, quando da explosão de uma bomba na Casa do Jornalista, em Belo Horizonte". Ora, isto significa que, ao contrário das declarações oficiais, nenhuma investigação foi feita, apesar das dezenas de atentados terroristas e dos inúmeros inquéritos oficiais abertos desde 1977? A mesma gafe aparece em uma declaração à imprensa do general Coelho Neto, a 1ª de setembro, um dia antes da nota da SECOM ser divulgada.

O perfil de um "terrorista internacional"

Antônio Carlos, cidadezinha do interior de Minas, com dois a três mil habitantes, ganhou fama nacional com a nota da SECOM, que acusava o pequeno município de abrigar Eduardo Vilanova, terrorista membro de uma organização trotskista internacional.

Qual o passado político do perigoso terrorista? Em 1976, ele foi eleito vereador pelo MDB em Antônio Carlos e trabalhou pela eleição do atual prefeito, que lhe prometeu em troca um cargo na sua administração. Tendo-lhe sido negado este cargo pelo prefeito que o acusou de comunista, Eduardo, em fevereiro de 1977, foi ao DOPS de Belo Horizonte, onde conseguiu um atestado de bons antecedentes. Hoje, com pouco mais de 30 anos, está filiado ao PP e faz oposição ao prefeito acusando-o inclusive de desvio de verbas da prefeitura. As pichações citadas como subversivas pela nota da SECOM parecem ser uma brincadeira: "PCB - da próxima vez a bomba será mais atômica, viu ladrão", na qual possivelmente Eduardo assume burlescamente a acusação que lhe foi feita pelo prefeito.

Segundo seus familiares, Eduardo vem fazendo uso há tempos de controladores do sistema nervoso pois tem disritmia cerebral. Seu irmão Luis Crisóstomo Vilanova, acusado de co-autor do ato de terrorismo, tem 22 anos, está na sétima série e, segundo a família, tem deficiência mental.

Incêndio do Reichstag e Plano Cohen

A polícia mira-se nos exemplos fascistas

Das duas mais famosas farsas fascistas da história readquirem hoje grande atualidade: trata-se do incêndio do Reichstag alemão em 1933 e o "Plano Cohen" no Brasil em 1937. Esses dois episódios marcaram o início de processos decisivos no aplastamento do movimento de massas nestes países. No caso da Alemanha, o incêndio do Reichstag (parlamento alemão) em 27 de fevereiro de 1933 marca a consolidação de Hitler no poder, o início de uma violenta repressão às esquerdas e ao movimento de massas. No Brasil, o "Plano Cohen" divulgado pelo ministro da Guerra General Goes Monteiro em 30 de setembro de 1937 criou as condições para a justificação do golpe do Estado Novo, que mergulhará o país numa ditadura até 1945.

Bodes expiatórios

Esses dois bodes expiatórios têm mais em comum além da inspiração nazi-fascista de seus propósitos. Ambos foram forçados para incriminar a esquerda. O incêndio do Reichstag praticado pelos nazistas foi atribuído aos comunistas que sofreram imediata perseguição e proscrição. O incêndio praticado por ele próprio, foi utilizado por Hitler para reprimir o movimento de massas, os comunistas e instaurar o II Reich, expressão do selvagem expansionismo do grande capital alemão. O incêndio do Reichstag atribuído aos comunistas vai ser o bode expiatório que justifica a repressão ao vigoroso movimento de massas na Alemanha.

No caso do "Plano Cohen" ele é o instrumento principal da estratégia de Getúlio para justificar o golpe do Estado Novo. Trata-se de um documento elaborado pelo então Capitão Olímpio Mourão Fi-

lho, simpatizante do integralismo, e que descreve um suposto plano comunista de subversão da ordem. O documento descreve os "massacres", "greves", "desrespeito aos lares", "incêndios de igrejas" etc... que os comunistas fariam ao tomar o poder. A divulgação desse "plano comunista" é o bastante para criar o clima propício ao golpe de Estado através do medo, do pânico que o governo instiga através da denúncia do "perigo vermelho". Assim, um plano forjado no Estado Maior do Exército e atribuído aos comunistas abre caminho para a justificação da ditadura varguista.

Hoje quando a direita assassina demonstra um pouco da brutalidade de que é capaz, esses fatos nos devem alertar para o ardil do bode expiatório. A recente acusação de terrorista a um vereador de Barbacena não é senão a tentativa de encontrar um bode expiatório para acobertar os verdadeiros terroristas, estes reinando na certeza da impunidade, de seus atos de selvageria.

A auto-defesa

A rememoração dos episódios do incêndio do Reichstag e do "Plano Cohen" deve colocar para a esquerda, para o movimento de massas, a necessidade de se prepararem para enfrentar e repelir os possíveis expedientes e ardis da direita. Hoje é fundamental que o movimento de massas se coloque na perspectiva de auto-defesa, de se defender dos bandos fascistas. Ao mesmo tempo, é fundamental estarmos atentos às provocações, às manobras da direita, à perspectiva de novas direitizações do regime que parece estar no cume de toda essa arremetida fascista.

15 dias depois

Figueiredo "explodiu" e nada aconteceu. Passados quinze dias desde os atentados do Rio de Janeiro e a "noite mal dormida" do general presidente, o quadro do combate ao terrorismo é o seguinte:

- 1) Mais uma bomba explode, agora no Rio Grande do Sul, ferindo gravemente um operário.
- 2) O perito contratado pela OAB, avalia como "estapafúrdio" o laudo policial sobre o atentado a D. Lida.
- 3) A polícia, a pretextos de investigações, furta vários materiais da sede bombardeada, da sucursal carioca do jornal Tribuna da Luta Operária.
- 4) O vereador Antonio Carlos de Carvalho que teve também seu gabinete bombardeado na Câmara Municipal do Rio, de vítima passa a réu. A

polícia - dez homens fortemente armados - invade seu apartamento em busca de não se sabe o que.

5) O processo sobre o atentado sofrido pelo jurista Dalmo Dallari, passa à responsabilidade da Justiça Militar, como forma de arquivamento das suspeitas sobre os agentes do DOI-CODI.

6) Ao mesmo tempo, a Comissão legislativa, que apura os atentados sobre populares, na Freguesia do Ó, em São Paulo, descobre novos fascistas da Polícia Militar, que agiram na pancadaria e as autoridades não tomam nenhuma providência.

7) Enquanto a CPI em Minas continua levantando pistas e mais pistas, suspeitos e mais suspeitos de terrorismo, o governo do Estado, o Exército e a presidência da República ensinam a farsa de Barbacena.



Apoio a Figueiredo?

Só o povo nas ruas pode acabar com o terrorismo

O bloco dominante, que nos velhos tempos das vacas gordas estava unido, hoje está dividido em projetos e opções diversas. E já se colocam os dois tipos de caminhos previstos pelos analistas políticos.

O primeiro é o da conciliação nacional. Ela tem facetas e nuances várias. Neste campo encontram-se as mais diversas propostas de Constituinte, apresentadas pelos setores burgueses. E também as propostas do tipo que Delfim chegou a apresentar há pouco tempo às lideranças sindicais. Ou seja, de pacto social, em que o governo daria concessões ao nível organizativo e democrático e as direções sindicais não fariam greves pelo prazo de dois anos.

A segunda opção, também se coloca de diversas formas, umas mais elaboradas, outras mais diretas. Entre as mais elaboradas, encontram-se aquelas que propõem uma política recessiva mais direta. O velho Eugênio Gudin, de longa data empregado do imperialismo, disse claramente que era necessário a recessão e o fim de toda política de abertura ou democratização. Mas, entre

as menos elaboradas encontra-se a do terrorismo aberto.

É exatamente isso que estamos vivendo. Uma crise em aprofundamento do regime. Crise que tem expressões contraditórias do bloco dominante. Os atos terroristas são apenas uma das suas expressões. Nada mais, nada menos que isso.

Com a crise do regime, que tem no ascenso do movimento de massas um dos seus fatores fundamentais, alguns setores vão negando a política que o governo vai implementando. Ou seja, o governo busca com a sua política de abertura uma reciclagem do regime, que não tem sido acompanhada, de conjunto, por todos os setores que se beneficiaram com a ditadura militar. Alguns passam a atuar de forma abertamente terrorista, visando conter todo um processo que pode levar a que não tenham mais condições para manter os privilégios que conseguiram. E este processo, que eles temem tanto, é o da democratização do país. Por isso, os ataques à livre expressão e aos democratas.

A opinião pública já cansou de falar: "O governo sabe onde procurar, basta querer". Isso é verdade. O governo sabe onde procurar. Mas não quer procurar. Ele sabe que os atos terroristas são expressões da direita. E todos nós sabemos, mesmo não sendo peritos em segurança, e nem tendo qualquer órgão de informação secreta ao nosso dispor. Por tudo isso, apresentar a farsa de Barbacena não é só uma grande encenação, mas também, uma grande provocação aos democratas brasileiros. Os terroristas não se encontram no campo democrático. Nem encontram-se no conservador Partido Popular e nem na OSI.

O governo deve procurar os criminosos fascistas entre os setores que se beneficiaram com todos estes anos de regime militar. Principalmente, entre aqueles saudosistas dos tempos em que os organismos de repressão podiam prender, torturar, "suicidar", ou "desaparecer" com os opositores, sem maiores problemas.

Mas a oposição consequente sabe que o

governo não irá fazê-lo. Ele não pode ou não quer, pois seria atacar a si mesmo na sua própria essência que é o aparelho repressivo. O que o regime pode é tentar aumentar o controle interno sobre os "duros" e nesta linha, quem sabe, chegar ao limite de punir algum torturador pé de chinelo, para dar a advertência. Mas mesmo isso é muito duvidoso que ocorra.

O que resta portanto, para a oposição, é confiar em suas próprias forças, empenhando-se para trazer à luz do dia uma outra alternativa que não consta das hipóteses dos analistas políticos atuais: a derrubada da ditadura militar. Denunciar e cobrar perante a população, a omissão e cumplicidade do governo com os terroristas, fechando assim o caminho da conciliação com a ditadura, que as oposições vacilantes começam a ensaiar e isolando cada vez mais o regime. Pois, como disse o presidente do PT, o Lula, "o terrorismo se combate é com o povo nas ruas", nunca nos gabinetes fascistoídes, e muito menos de forma "lenta, gradual e segura".

A "confissão" da omissão

O general Golbery é conhecido como um dos articuladores do golpe de 64, e também da política de abertura. Ele descreveu esta abertura em conferência sigilosa na Escola Superior de Guerra, no último dia 1º - divulgada agora parcialmente pela revista Veja - como uma manobra política da revolução.

O "mago", como alguns gostam de caracterizá-lo, explicou a estratégia política do governo da seguinte forma: "Partir-se, em verdade, de uma situação duplamente bipolar... O governo seria, por definição, a revolução no poder ou revolução institucionalizada e legal; a oposição, bifonte, ficaria teoricamente, seja à direita, capitaneada pelos que se intitularam revolucionários legítimos - os eternos "puros", "falcões", ou "jacobinos", a "linha dura" -, seja à esquerda, em larga faixa bem matizada onde se situariam os subversivos, contestadores insatisfeitos e saudosistas".

O governo agiria em relação aos dois setores citados da seguinte forma: "em posição central, forte, entre dois grupos de opositores: mantê-los, sempre que possível, separados e alternar ações de contenção, senão de contra-ataque, entre o outro, garantindo, para si mesmo, espaço de manobra cada vez maior e, pois, maior liberdade de ação para concretização de seus próprios objetivos políticos, sem interferências desastrosas ou perturbadoras.

É pois tendo como base esta estratégia que o governo age, buscando institucio-

nalizar a contra-revolução de 64, com diversas manobras, apresentando-se como o centro, interessado na democratização do país.

Os recentes atentados arrancaram declarações do general Figueiredo, e mesmo a sua "sombra", o general Golberi, no sentido de que os atos terroristas são de responsabilidade dos que estão contra a política de abertura. Em outras palavras, os citados "duros", "falcões" etc, do regime. Mas, o governo não os reprime. Figueiredo investe sua retórica do "prende e arrebe" contra eles, mas em seguida busca, na lógica de Golbery, alternar seus ataques ou ações de contenção responsabilizando como na farsa de Barbacena, o campo democrático.

Assim, o que confessa a conferência de Golberi é que mesmo ele, o mais "aberturista" da abertura, não pode atacar, liquidar a extrema direita terrorista, sob pena de ter seu espaço de manobra reduzido no jogo político.

Outro destacado integrante da direita que entrou na dança da verdade foi o ex-secretário de Segurança de São Paulo e atual deputado federal pelo PDS, o coronel Erasmo Dias. Entrevistado também pela revista Veja ele disse, textualmente: "A polícia sabe como descobrir os autores dos atentados. Já houve provas circunstanciais, objetivos definidos, o tipo de bomba, o modo como a usaram. Isso tudo dá um universo bem pequeno... Dentre as várias hipóteses eu colocaria essa em primeiro lugar (revolucionários de primeira

hora descontentes com a abertura). Pela data (quando a lei da anistia completava um ano) pelo objetivo, pela atual conjuntura."

E o coronel é tão seguro de sua opinião que deu até exemplos de como procedeu frente a tais "problemas" na época em que comandava a repressão em São Paulo: "reuni alguns auxiliares diretos e indiretos e disse a eles que aquele não era o nosso método de agir para conseguir alguma coisa".

No entanto, o procedimento do coronel, de forma alguma foi tão eficaz quanto a sua lucidez atual...

Por fim o próprio ministro da Marinha, Almirante Maximiano da Fonseca resolveu também dar a sua. Perguntando por jornalistas da Rede Bandeirantes se o clima de terrorismo intranquilizava a nação, o ministro foi vidente e respondeu: "É claro, pois se um simples trote telefônico nos deixa preocupados, o que dizer de bombas pelo correio". Em seguida, arguido sobre a procedência dos atentados, veio a seguinte resposta: "F: não posso dizer nada, pois as investigações estão em curso. Mas eu tenho minha opinião, e muito segura, sobre de onde eles estão partindo. Só que é uma opinião pessoal e eu não posso revelar." Mas o repórter insistiu e perguntou se da direita ou da esquerda. No que o almirante respondeu: "ora, se eu responder isso a coisa fica na cara..."

Enfim, a situação chegou a tal ponto que até o próprio governo ou autoridades insuspeitas começam a confessar, nas entrelinhas, a omissão nas investigações.

Governo proíbe eleições

Finalmente o governo conseguiu o que queria: jogar sua primeira derrota eleitoral lá para meados de seu mandato, 1982 - se é que ele chegará a tanto... Como o hábito faz o monge, Figueiredo não fugiu à regra. Desde 1964, que por inúmeras vezes a ditadura militar fez e desfez como quiz das eleições. Suprimiu, adiou, adueteu, etc, casuisticamente moldando os pleitos aos seus interesses de momento.

O resultado da votação da emenda no Congresso não foi surpresa para ninguém, ou apenas para alguns poucos. Eram as favas contadas do PDS. De inédito tão somente o peemedebista que resolveu votar junto com o governo e arranca rabo entre deputados na hora da apuração.

A oposição volta-se agora, pelo menos seus setores mais conse-

quentes para a preparação dos atos de protesto, que ecoarão pelo país, simbolicamente, no dia 15 de novembro quando deveriam se dar as eleições.

Por outro lado, volta-se também, e com razão, para os planos que o governo começa a ventilar com relação às próprias eleições de 1982. Várias são as vozes oficiais que já articulam a não aprovação das diretas para governadores. O Planalto, ao mesmo tempo, lança seus expedientes para minimizar as possíveis derrotas: voto distrital, voto obrigatório num mesmo partido para todos os cargos - de vereador a senador -, proibição das coligações, etc.

Mas daqui até lá, muita água vai rolar e, possivelmente, a luta pela Constituinte ainda vai dar muito trabalho à ditadura.

RGS

Criada Comissão de Direitos Humanos

Por Wirlim Félix

As próximas atividades que a Comissão Permanente de Direitos Humanos desenvolverá estão ligadas ao apoio às lutas das organizações populares, como Curso para lideranças Comunitárias sobre Movimento Popular e problemas urbanos; estudo sobre o Promorar no Rio Grande do Sul, especialmente em Porto Alegre; estudo sobre as barragens do rio Uruguai, com a participação da Pastoral da Terra, visando à mobilização dos agricultores atingidos pelas desapropriações, causadas pelas inundações. Com a participação dos deputados Antenor Ferrari (PMDB), Algir Lorenzon (PMDB), Romildo Bolzan (PDT) e Cícero Viana (PDS), a Comissão dos Direitos Humanos, instalada a semana passada, tem por objetivo "dar um novo sentido à atividade parlamentar num Legislativo esvaziado em suas funções, por força do arbítrio desde 64", explicou o presidente da Comissão, deputado Antenor Ferrari.

Durante o ato público que marcou a inauguração da Comissão, realizado na Assembléia Legislativa, falaram diversas pessoas representando os agricultores, parlamentares e entidades democráticas. O bispo do ABC paulista, Dom Cláudio Humes, convidado especial, condenou "a volta dos atentados terroristas contra a imprensa alternativa" e denunciou "as ameaças de morte que vêm sofrendo os bispos do Acre, e de Propriá, no Sergipe." Para Dom Cláudio, a "Igreja não pode servir de mediadora numa questão salarial, pois ela sabe onde está a justiça, colocando-se ao seu lado". Esta declaração se refere ao comportamento adotado pela Igreja, posicionando-se ao lado dos metalúrgicos, durante a greve deste ano.

Ainda dentro do que a Comissão de Direitos Humanos pretende atuar, o deputado Ferrari destaca "os problemas urbanos, trabalhistas,

agrários e sobre a violência." Em linha gerais, o presidente da Comissão enfatiza sua preocupação em quatro pontos básicos: problemas urbanos (luz, água, calçamento, esgotos, transportes, lazer etc.); problemas trabalhistas (salários, dissídios coletivos, condições de trabalho, liberdade sindical, greves, etc.); problemas agrários (estrutura fundiária, condições de vida do trabalhador rural); problemas da violência (atentados, ameaças).

Com a formação desta Comissão, é possível constatar a esperança dos moradores das vilas de Porto Alegre que agora terão "mais atenção do Legislativo", conforme os assessores do deputado Antenor Ferrari, que julgam que terão uma oportunidade para mostrar ao governo o resultado dos trabalhos, junto a população carente.

Também está dentro dos planos de ação da Comissão promover "cursos e conclaves com a participação de agricultores, trabalhadores e profissionais liberais, sobre temas específicos e pertinentes à realidade de cada um dos setores marginalizados", garante Ferrari.

Além disso, está a tarefa de investigar, "em qualquer parte do Estado as denúncias que tenham sido feitas à Comissão ou divulgadas pela imprensa." Para o presidente da Comissão, "a atuação de sua equipe técnica nas denúncias de violação dos direitos humanos, bem como nas outras atividades programadas, é de fundamental importância".

O certo é que a Comissão de Direitos Humanos terá uma barreira de dificuldades pela frente, já que não são poucas, no Estado, as denúncias a que pretende dar assistência. Somente no campo, o trabalho da Comissão será bastante intenso, já que "a terra é a vida do colono". E não são poucos os casos de expulsão de meeiros e agregados de suas terras.

O arrocho salarial de volta

A disparidade entre a inflação e os últimos INPCs que o governo tem baixado para os reajustes salariais.

Por Elio Falcão Vieira

Amensa pressão que se realiza sobre o assalariado brasileiro ficou plenamente evidenciada quando o governo fixou o índice de reajuste salarial, para o mês de setembro, em 33,5%. O percentual tem como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, que serve como fonte de referência para este tipo de recomposição, e que era uma das poucas conquistas conseguidas pelo trabalhador nos últimos anos e uma tímida tentativa de evitar a deteriorização acentuada dos que vendem sua força de trabalho.

O valor estabelecido causa uma profunda perplexidade, já que ele é, com relação ao mês anterior, menor em quase 1%. E neste período é que o custo de vida e a inflação brasileira atingiram seus valores mais elevados, batendo inclusive recordes negativos e altamente danosos ao bolso do operariado nacional.

É aí que surge a insustentável farsa da política salarial. No exato momento em que a inflação dispara, o índice de preços ao consumidor que é utilizado para recompor o salário do trabalhador, recua, e apresenta sinais inexplicáveis de baixa. Ou seja, enquanto tudo sobe, dentro das próprias estatísticas governamentais, o índice que interessa diretamente ao assalariado, continua a decrescer.

O INPC é calculado pelo IBGE, enquanto que o Custo de Vida e a Inflação são aferidos pela Fundação Getúlio Vargas. O primeiro, admite que nos últimos doze meses, o processo inflacionário esteve na ordem de 86%, e para a segunda, esta própria elevação de preços superou em 5% a

casa dos 100%. Mas é preciso que se note que o governo utiliza o primeiro valor - o mais baixo - contra o trabalhador, e dá para os sócios da inflação o de maior envergadura.

Porém, se o fato causa apreensão, ele é plenamente justificado. As pressões sobre o governo são enormes para que ele retire o reajuste semestral. Parte do empresariado - especialmente as multinacionais e o sistema bancário - não admitem ter de pagar aquilo que é o mínimo para a sobrevivência de cada um. Cercado pelos que o sustentam, o ministro Delfim concordou e anunciou o fim dos reajustes.

O processo de abertura possibilitou a tomada de posição contrária a esta medida. Os sindicatos, as classes políticas da oposição e a opinião pública fizeram, senão o governo abdicar, pelo menos pensar mais seriamente. Criar uma faixa mais alta para negociações diretas é uma alternativa para fugir à derrota que a mobilização social infligiu ao todo poderoso ministro do Planejamento.

Estabelecida a periculosidade - inclusive de sobrevivência eleitoral do PDS -, adiada a formalização do término dos reajustes, o impasse permanece em termos de relações salariais. O próprio aumento da rotatividade - aconselhado e desmentido pelo ministro da Fazenda - tem seus desaconselhamentos na produtividade das empresas e, conseqüentemente, nos seus lucros.

Ademais, no avanço da rotatividade está um foco de inquietação social com o qual as autoridades não estão desejo-

sas de arcar. Numa economia em desaquecimento, podendo entrar num processo recessivo, a saída dos empregos é maior que seu ingresso. O descompasso que daí se gera, cria todo um manancial explosivo que não interessa aos que estão se beneficiando do "modelo" desde 1964.

A solução está nesta montagem de conceder regressividade ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Fazer com que ele decaia cada mês que passa, em detrimento da inflação que cresce na outra extremidade. Esta defasagem na ampliação das distâncias entre o INPC e o Custo de Vida, atua como elemento compensatório dos "gastos" que os patrões têm de arcar com o reajuste semestral dos salários.

Por outro lado, o esquema tende a propiciar um achatamento maior no poder de compra do assalariado, o que também, em última instância, pode causar prejuízos ao próprio "modelo" e seus usuários. A redução das contas não é a aspiração das classes chamadas produtoras, já que implica em restrição de seu lucro.

Ativando as vendas externas para suprir a perda cada dia maior de poder de compra do trabalhador, o governo permite que os bancos nacionais e estrangeiros captem recursos no exterior e financiem a juros subsidiados, os importadores de produtos brasileiros. O Banco Central paga a diferença de juros para que se possa vender lá fora a preços mais baratos aquilo que todos pagam caro aqui dentro. E quando os juros são subsidiados, quem realmente concorre para o pagamento da diferença é a comunidade.

Este esquema altamente desfavorável a todos aqueles que recebem salários fixos, beneficia sobremaneira aos exportadores, em particular, e aos donos de capital como um todo. O governo "redime-se" perante os patrões que, se têm de pagar a cada semestre uma pretensa recomposição, têm a certeza que esta não corresponde à verdade do Custo de Vida ou da Inflação.

Mais uma vez, o que foi conseguido com tanto sacrifício pela classe trabalhadora brasileira, perde-se nas cada vez mais desacreditadas estatísticas nacionais. A explicação de o que diferencia um índice de outro, é que o feijão encontra-se tabelado no atacado e livre no varejo, lembra outra justificativa para a inflação: a do xuxu que só serviu para cobrir de ridículo o governo.

Nenhuma noite de terror pode atrasar o dia.



Faça assinaturas do EM TEMPO, para você e seus amigos.

À Editora Aparte S.A.
Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP
CEP 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual
Comum: Cr\$ 500,00 () Apoio: Cr\$ 1.000,00 () Exterior: US\$ 40,00 ()

Nome:
Endereço: Bairro:
Cidade: Estado: CEP:



Leia e assine as revistas 'El Viejo Topo' e 'Transición' (Espanha)

Preço: Cr\$ 220,00

Não é necessário qualquer pagamento antecipado. O assinante pagará cada revista mensalmente quando recebê-la através do reembolso postal, sem despesas postais.

Preencha o cupom ou escreva para Editora Combate Socialista, Rua Jerônimo Coelho, 206 - 90000 - Porto Alegre (RS)

Nome
Endereço CEP
Cidade Estado

A Semana de Luta e Mobilização Greve Nacional pega fogo

Em resposta à intransigência do governo diante de suas reivindicações, os docentes universitários, em todo o país, realizam com sucesso inusitado a primeira greve nacional da "abertura"

O governo não acreditava, mas aconteceu: a greve geral nacional de docentes e estudantes universitários pegou fogo em todo o país. Segundo a Coordenação Nacional das Associações de Docentes Universitários a adesão, no início da semana, tanto no setor público como privado, já superava, de longe, a expectativa inicial de adesão de cerca de 20 instituições do ensino superior brasileiro à Semana de Luta e Mobilização programada há meses atrás.

Ao contrário da greve estudantil que se inicia também esta semana em vários pontos do país e que terá a duração de três dias, a paralisação dos professores irá variar de duração em função da situação específica de cada instituição.

Mas de norte a sul, na maioria dos Estados da federação, os docentes das universidades federais, nesta quarta-feira que passou, estavam na sua quase totalidade debruçados em debates sobre as suas reivindicações que são: 1) Mais verbas para a educação; 2) Reajustes

semestrais para os professores das universidades públicas; 3) Reestruturação da carreira do magistério.

Outro objetivo surge também ao lado destas reivindicações específicas do professorado e de importância tão grande ou até mesmo maior segundo atestaram várias lideranças: a greve visa, além de tudo, divulgar para o conjunto da população a situação em que se encontra o ensino superior hoje no país. Pois isto não é um problema somente dos professores e dos estudantes mas diz respeito a toda a sociedade. Assim, com esta Semana de Luta, os universitários buscam ganhar a solidariedade da população para a sua luta que é também de todo o povo.

A programação da Semana de Lutas envolve atividades das mais diversas. Em algumas escolas são principalmente os debates internos sobre os problemas específicos e gerais da educação. Em outras, como já ocorreu em Goiás e está previsto também para Minas e Rio, os docentes pretendem sair às ruas

com panfletos, atos públicos e passeatas levando mais perto da população a sua busca de apoio para a solução dos problemas da educação brasileira.

Em Goiás no entanto, já na terça-feira a polícia investia com sua fúria habitual sobre os estudantes e professores manifestantes, causando inclusive vários feridos. Mas ainda assim os grevistas prometiam não desistir e voltar às ruas com suas manifestações.

Por seu lado, a greve estudantil de três dias convocada pela União Nacional dos Estudantes tem objetivos semelhantes. Os estudantes lutam por 12% do orçamento da União dedicado à educação; por mais verbas, congelamento das anuidades nas escolas pagas e protestam também contra o ensino pago. Quarta e quinta-feira, segundo a orientação da UNE, são dias dedicados à discussão interna dos problemas específicos de cada universidade. E para a sexta-feira, com vistas também a levar a luta pela educação ao povo, a recomendação da UNE é para que haja mani-

festações de rua em todo o país. Esta foi a resposta que os estudantes e professores deram ao governo depois de meses de infrutífera tentativa de sensibilização das autoridades para seus problemas. Os professores

ainda no final da semana passada faziam mais uma experiência em Brasília quando foram se avistar com o ministro da Educação, Eduardo Portela. Este simplesmente cruzou os braços dizendo que nada poderia ser

feito em prol das reivindicações. Seguro de si, Portela e o regime, muito provavelmente não acreditavam no sucesso da mobilização. Agora, estão colhendo os frutos de sua intransigência.

Pelo fim da intervenção nos sindicatos.

Os trabalhadores brasileiros estão cansados da tutela do Ministério do Trabalho. Por isso, querem ter o seu direito a um sindicato livre e independente.

Este anúncio será publicado por este jornal enquanto perdurar a intervenção (total ou parcial) nos seguintes sindicatos:

Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, Bancários de Porto Alegre, São Paulo, Uberlândia e Fortaleza.



Notícias do PT

● Luta pela legalização

Em todo o país, o PT prepara-se para os momentos decisivos de batalha pela legalização do partido. Não bastasse a lei draconiana que criou o pluripartidarismo relativo da ditadura, o partido ainda vem tendo que enfrentar sérias ameaças e violências que o regime lhe impõe pelo desafio de ser uma agremiação fora dos planos do Planalto. O último lance desta ofensiva da repressão é o processo, dirigido pela Polícia Federal, onde os dirigentes do PT, Lula e Jacó Bittar, são acusados de envolvimento na morte de um latifundiário no Acre, a qual sucedeu ao assassinato de um dirigente sindical petista no Estado. A agressividade e farsa dos interrogatórios, com perguntas inteiramente descabidas, tentando estabelecer vinculações do PT com a morte do fazendeiro, contrasta flagrantemente com o ritmo lento e "discreto" que está tendo a apuração do assassinato do sindicalista e líder do PT no Acre.

Estes e outros fatos do gênero - como o processo militar pela greve do ABC - são indícios mais do que suficientes para que o partido, em seu conjunto, prepare-se forte e coeso para os dias que virão quando, em começos de outubro, o PT dará entrada no TSE dos documentos necessários ao registro provisório.

Mas para que este prazo seja cumprido o partido terá que fazer um esforço especial para transpor, da realidade para o papel, a sua situação atual. Porque uma coisa é o PT hoje no país, em termos reais, e outra é a tradução disto na documentação necessária ao registro provisório.

● São Paulo

Tirando o atraso, em São Paulo, por exemplo, Estado onde o PT seguramente é mais vigoroso, são necessárias 112 Comissões Municipais Provisórias. Já há cerca de 80 constituídas, mas até agora apenas 25 municípios do interior e 6 zonas da capital estão devidamente no papel. O Comando Especial de Legalização estadual, recém criado, trabalha intensivamente na preparação da documentação, mas a improvisação, as falhas técnicas e os atrasos dos petistas ainda são enormes.

Eleição zonal: no último dia 7, domingo, foi realizada a reunião dos petistas agrupados nos núcleos de Cambuci, Vila Mariana e Aclimação, para eleger a direção da 6ª Zona Eleitoral. O núcleo do Cambuci tem já filiados uns 55 companheiros, na sua grande maioria trabalhadores fabris, enquanto os núcleos da Vila Mariana e Aclimação estão ainda em processo de organização. A participação de muitos trabalhadores fabris na reunião era uma indicação das possibilidades do trabalho.

Pereirinha, membro da direção estadual, fez uma exposição das raízes, desenvolvimento a tarefas atuais do partido. Um companheiro expôs a formação de um movimento pela construção de uma juventude do PT e convidou a todos os jovens da região para uma reunião a ser realizada no próximo dia 21, na sede do partido e com a participação de Lula e Ibrahim, visando aprofundar a questão. A grande maioria dos oradores acentuou, no fundamental, o caráter classista e democrático do PT, e demonstrou esperanças que o mesmo se transforme no "maior partido brasileiro".



Por ocasião da eleição da direção houve um certo impasse. Os companheiros da Vila Mariana não quiseram participar da chapa de unidade argumentando que o núcleo estava em formação, e que assim não representavam um trabalho real do PT na região. Deveria-se eleger uma direção menor, não de 11 efetivos e suplentes, como entendiam ser a proposta feita pelos núcleos do Cambuci e Aclimação. Após muitos debates, foi feita uma nova proposta de unidade e eleita a direção da zona. Ela é composta pelo velho jornalista e socialista Plínio Melo, Wanda e Graça - professoras; Werne, Jorge, e Brasilino - metalúrgicos; Leonardo, Paulo e José - trabalhadores de outras categorias.

Sai Osmar, entra Irma: foi a propósito da discussão, na direção paulista do PT, do andamento da legalização do partido, que acabou ocorrendo a demissão de Osmar Mendonça, o Osmarzinho, do cargo de Secretário Geral que ele ocupava desde o Encontro estadual do partido. Em virtude do atraso na legalização, a direção resolveu criar o Comando Especial, encarregado exclusivamente da tarefa. Para Osmar, isto era um paralelismo à sua Secretaria Geral. Mas para os demais

membros da direção era a maneira de se evitar a centralização excessiva e morosidade de ação que vinham caracterizando a Secretaria. Depois de muita discussão veio a solução: Osmar se demitiu do cargo que agora é ocupado pela deputada estadual Irma Passoni. Para 1º Secretário, cargo deixado vago por Irma foi escolhido outro membro da direção, Argeu dos Santos.

Reunião da Grande São Paulo: ao mesmo tempo a direção estadual resolveu convocar para o dia 28 de setembro próximo, às 9 horas, na Assembléia Legislativa, duas reuniões simultâneas para as quais todos os núcleos da Grande São Paulo devem enviar até 2 representantes e todas as Comissões Distritais, Zonais ou Municipais, 1 representante. A reunião tratará da questão das finanças do partido e a outra de dois outros temas: 1) Relação núcleos, diretórios e Comissão Estadual Provisória; 2) Encaminhamento das campanhas políticas do partido.

Mais um no bloco do PT: ainda em São Paulo, na última quinzena, o PT contou com o ingresso em seus quadros do deputado estadual Sérgio dos Santos, acompanhado da grande maioria de suas bases do antigo Diretório da Freguesia do Ó, do PMDB. Sérgio Santos deixou a Tendência Popular do PMDB depois de sucessivas discussões nas suas bases, onde o emperramento da Tendência, enquanto proposta de agilização do partido de Ulisses Guimarães, vinha sendo insistentemente apontado. Por outro lado, um movimento semelhante se deu também, mas somente nas bases, do deputado federal Aurélio Perez - que fez dobradinha com Santos - na Zona Sul da capital e em São Bernardo do Campo.

● Bahia

Encontro de trabalhadores rurais: esperando contar com a participação de cerca de 200 trabalhadores será realizado no próximo dia 27 e 28 em Feira de Santana na Bahia, um Encontro Estadual de Trabalhadores Rurais promovido pela Comissão Estadual do PT. O evento será no Colégio Monteiro Lobato, na rua Comandante Almiro 874 e deverá contar com a presença, entre outros, de João Maia do PT do Acre, Manoel da Conceição, da direção nacional do partido, Pedro Ferreira do Rio Grande do Norte, Vanderley - também da direção nacional e Luis Inácio da Silva, o Lula. As inscrições são preferenciais para trabalhadores rurais e entidades sindicais, mas estão também abertas desde que com antecedência, a outros tipos de presença.

● Maranhão

Comício recorde: 10 dias que antecederam o lançamento oficial do Partido dos Trabalhadores em São Luís, dia 28 de agosto, foram marcados por insistentes boatos de que haveria repressão policial e de que os ônibus seriam retirados do centro da cidade, deixando a população dos bairros pobres sem condições de voltar para casa. Muitos, por isso, deixaram de atender à convocação do PT. Mesmo assim, 20 mil pessoas concentraram-se na Praça Deodoro para ouvir a palavra de Lula e dos dirigentes regionais do partido, na maior concentração popular da história de São Luís.

Para que a Praça Deodoro fosse liberada para o PT e o Movimento Contra a Carestia (que realizou um comício na véspera, dia 27) foi preciso transpor muitos obstáculos. Militantes da Carestia e do PT foram

detidos pela Polícia, quando pregavam cartazes ou pichavam muros divulgando os comícios; o coronel Audizio Siebra de Brito pediu exoneração da Secretaria de Segurança (sendo substituído pelo advogado Raimundo Marques, mais liberal), e dois jornais - "Diário do Povo" e "O Jornal" - foram apreendidos. Só que a apreensão partiu do próprio dono dos jornais, o empresário Afonso Bacelar, irmão do secretário da Justiça do Maranhão e furiosamente anti-PT. Tendo ordenado há muito tempo que seus jornais minimizem o quanto possam o noticiário sobre o PT, Bacelar não gostou de ver publicado que 5 mil pessoas protestaram contra o custo de vida na véspera do comício de Lula. Como a distribuição dos exemplares mal tinha começado, mandou que fossem recolhidos.

Vários pelotões de choque foram mobilizados pela Polícia Militar no dia do comício, postando-se nas ruas paralelas à Praça. Ao menor sinal de tumulto, o comandante da PM, coronel Floriano Amorim, teria a oportunidade de provar sua tese de que é inútil dialogar com a oposição e de que o negócio é baixar o pau. Agentes provocadores, identificados como policiais a quilômetros de distância, tentaram fornecer o pretexto que o coronel esperava, mas foram frustrados pela pregação de Lula, pedindo que todos saíssem em paz e advertindo que "baderneiro é o governo". Após o comício, o deputado federal Freitas Diniz (PT-MA) chegou à seguinte conclusão: "Está provado que o PT, como partido de massas, é viável também no Maranhão, mesmo enfrentando a frente ampla das oligarquias agrárias, do mandonismo político e da corrupção governamental".

(Walter Rodrigues)

Na construção da Entidade Nacional

O risco da divisão

Nos dias 20 e 21 de setembro estará reunida, em João Pessoa, a Comissão Pró-Entidade Nacional dos Trabalhadores em Educação. Na mesma data, em Brasília, a CPB - Confederação dos Professores do Brasil - realizará uma sessão extraordinária de sua Assembléia de Delegados.

A coincidência das datas revela os dois processos distintos da organização nacional dos professores.

Por Luci Ayala



A resposta ao perigo do divisionismo não pode ser a política do avestruz.

Nos dias 17 e 18, será votada pelo Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional nº 50, 80, que concede aposentadoria para o Magistério aos 25 anos de serviço. Em todo o país, entidades representativas da categoria, mobilizam o professorado, organizando inclusive caravanas à Brasília, para pressionarem os parlamentares no sentido da aprovação do Projeto.

Nesse momento em que os professores aproximam-se da conquista de uma das suas mais antigas reivindicações, percebe-se a existência de encaminhamentos distintos dividindo a direção das lutas. Dois organismos reivindicam-se de coordenar, a nível nacional, a campanha pela aposentadoria aos 25 anos: a CPB - Confederação dos Professores do Brasil - e a Comissão Pró-Entidade Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Esse duplo encaminhamento, reflete as duas articulações em curso na organização nacional da categoria dos professores. A Comissão Pró-Entidade Nacional foi eleita em julho último, no I Congresso Nacional de Profissionais em Educação - CNPE - que congregou 19 estados e 21 entidades do magistério, representados por 900 delegados eleitos em escolas. Representa a articulação mais forte e democrática existente no professorado e que caminha a passos largos para a construção de uma Entidade Nacional que congregue o conjunto dos trabalhadores em Educação.

A CPB, enquanto entidade de caráter nacional, existe desde 1963. No entanto, por muitos anos fez-se ausente das lutas do professorado, sendo que sua última presidente, Maria Telma Cançado, foi expulsa de uma Assembléia de professores mineiros, ao colocar-se contra a greve em curso, no ano passado.

Atualmente a CPB, sob a direção de Hermes Zaneti, tenta dinamizar-se e recompor suas bases, obtendo inclusive algumas vitórias: no Rio de Janeiro, durante o Encontro Estadual de Professores, o tema sobre a organização nacional dos professores ultrapassou o debate entre as direções intermediárias, polarizando as próprias bases do Centro Estadual de Professores - CEP RJ.

Assembléia de delegados

Mas uma análise das bases da CPB permite ver que entre as suas 21 entidades filiadas, poucas são as que pesarão no sentido de tornar a entidade realmente representativa do magistério brasileiro. Suas bases mais fortes, com real representatividade e poder de mobilização, estão no Acre e no RGS. O Centro de Professores de Goiás e o da Paraíba, apesar de filiados, estão empenhados na organização do Congresso de Fundação da Entidade Nacional dos Trabalhadores em Educação. As demais sócias da CPB são, na sua maioria, inexpressivas ou mesmo com direções pelegas, como a Associação dos Professores de Alagoas. No Rio de Janeiro, apesar de uma parcela da diretoria do CEP defender a filiação à CPB, o Encontro de Professores cariocas adiou uma decisão nesse sentido.

É com essa composição que a CPB realizará em Brasília, nos dias 19, 20 e 21 de setembro, logo após a votação pelo Congresso do Projeto de Aposentadoria aos 25 anos, uma sessão extraordinária de sua Assembléia de delegados. Em termos organizativos o ponto mais importante da reunião será a discussão da reforma dos estatutos da entidade. A proposta do Conselho Administrativo da CPB é de que, nessa Assembléia de delegados, se dê início ao processo de discussão, que deverá ser encaminhado pelas entidades filiadas através de Seminários de Estudos e Debates. Como temas a serem debatidos sugere:

1º - Análise crítica da CPB, sua atuação passada e presente; 2º - Análise crítica do grupo de entidades

que promoveram o I CNPE e os dois Encontros anteriores; 3º - Avaliação do movimento classista e suas perspectivas futuras; 4º - Perfil de uma correta organização nacional de professores e 5º - Propostas de alterações na estrutura da CPB que permitam corrigir as falhas da entidade.

Com essa medida, a CPB encaminha o que já havia sido anunciado por seu presidente, que é o processo de debate sobre a estrutura interna da entidade, buscando adequá-la à nova realidade, onde sem dúvida um fator determinante é o processo de construção da Entidade Nacional de Trabalhadores em Educação. E mais uma tentativa de dinamização da entidade, que não deve ser desprezada, mas que pode ser apenas uma medida formal. Isso porque o fórum decisório da CPB, a Assembléia de delegados, sofre o vício de origem de não ter seus componentes escolhidos pelas bases das entidades filiadas. As diretorias das entidades podem simplesmente nomear os delegados, à margem das tendências existentes no seio do professorado. E o ofício da CPB às suas filiadas, salientando a importância da escolha dos delegados, não se posiciona, nem de forma indicativa, sob o método a ser utilizado. No caso do Centro dos Professores do Rio Grande do Sul, entidade com cerca de 50 mil filiados, e a mais importante base da CPB, ainda não foi convocada nenhuma assembléia geral para retirada de delegados.

Comissão Pró-Entidade Nacional

Na mesma data em que a CPB realiza sua Assembléia de delegados em Brasília, estará reunida, em João Pessoa, a Comissão Pró-Entidade Nacional dos Trabalhadores em Educação. A pauta da reunião será a avaliação da luta pela aposentadoria e a intervenção junto aos docentes de 3º grau, na greve nacional por mais verbas para educação; avaliação da campanha pelo reajuste semestral aos professores da rede pública e a preparação do Congresso de Fundação da Entidade Nacional de Trabalhadores em Educação, a ser realizado em Recife, em janeiro de 81.

Apesar da coincidência das datas ser um dado ocasional, revela as dificuldades de, neste momento articular-se a unificação dos dois processos. Enquanto a CPB tenta dinamizar-se para resistir enquanto entidade, ampliando suas bases, a Comissão Pró-Entidade Nacional coordena um movimento que reúne os setores mais combativos do professorado do país. Mas isso não deve ofuscar o fato de que a CPB reúne 21 entidades estaduais, de professores, o que significa que mantém influência sobre uma parcela considerável da categoria e que, como tal, deve ser considerada. Ignorar a existência da CPB, não apresentando uma alternativa para sua integração na construção da Entidade Nacional de Trabalhadores em Educação é marginalizar uma parcela do professorado e dar margem a divisões que enfraquecem o movimento.

PUC/SP

Eleições para reitor um teste democrático

Na PUC-SP o processo de formação de uma lista triplíce para a escolha do novo reitor democratizou-se bastante. Os professores, estudantes e funcionários votaram. Mas a palavra final ainda é do Grão Chanceler.

Nos dias 25 e 26 passados, a Comunidade Universitária da PUC-SP abriu um novo capítulo da história da Universidade brasileira. Neste dia, um colégio eleitoral de 18 mil pessoas, integrados por professores, estudantes e funcionários foi às urnas indicar o nome que comporia a lista triplíce de reitoráveis, a ser enviada ao Grão Chanceler da PUC-SP, Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, para a escolha final do reitor.

Este foi um passo em direção a democratização da Universidade, se compararmos com os processos anteriores de escolha de reitores na PUC e demais escolas superiores do país. As entidades discentes e docentes, há muito, reivindicam as eleições diretas para os cargos universitários. A APROPUC/SP, inclusive, defende a proposta, elaborada pelos professores desta escola, de eleição direta para reitor. Porém, nesta última escolha, os professores, funcionários e estudantes não previram a possibilidade desta reivindicação já ser concretizada e concentraram suas forças na luta pela transformação do estatuto, onde esta seria garantida. O fato é que a mudança do reitor tinha de ser feita, e aí a iniciativa acabou partindo do Grão Chanceler que resolveu consultar as entidades representativas de professores, alunos e funcionários, ainda que não tenha abdicado da escolha final. O que fez foi tornar o processo mais informal, o que auxiliou em uma experiência mais democrática. As entidades representativas, aproveitando a consulta, decidiram propor eleição direta, em que

cada membro de setor votaria em um nome, com voto proporcional. A proposta acabou sendo encampada por outros setores da estrutura universitária, e o nome que saiu das urnas foi indicado no Conselho Universitário. Realizou-se, assim, eleições diretas e a indicação de lista sêxtupla.

Democracia? É este o processo de escolha que quer a Comunidade Universitária?

Não. Pois a escolha ainda cabe ao Grão Chanceler. O que se quer é o direito de escolher. Escolher com base em um programa que possibilite o voto consequente e sério. Escolher aquele que explicita seu compromisso de transformação da Universidade. Por isso é necessário cautela na qualificação deste processo como democrático. O que se teve foi um passo a mais em direção à democratização da universidade, porém insuficiente. Cabe, agora, à Comunidade da PUC empenhar-se na luta pela modificação do estatuto que rege a Universidade, buscando garantir formas mais democráticas de estrutura, onde a eleição direta para todos os cargos é um ponto central a ser definido. E a Comunidade Universitária espera que D. Paulo também se comprometa com este processo justo e necessário, e que a nova reitora entenda os votos recebidos, como os de confiança em um programa implícito de democratização real da Universidade a ser cumprido em sua gestão.

(Ana Bahia - professora do departamento de Psicologia da PUC).

SINPRO/RGS Pelego balança

Os professores da rede particular do ensino gaúcho encerram hoje (11/9) o provável primeiro turno das eleições para a nova direção de seu sindicato. É a primeira vez na história dos últimos tempos que a oposição concorre, e através de duas chapas, enfrentando o pelego encastelado há anos na direção do SINPRO.

A expectativa, apesar de toda a bandalheira da pelegada, é que a situação não consiga os 50% + 1 dos votos necessários, havendo assim proximamente, o segundo turno das eleições.

A corrupção, como regra, corre longe nestas eleições: os mesários, por exemplo, são todos de confiança da situação, inclusive o presidente da mesa - figura supostamente imparcial e nomeada pela Procuradoria do Trabalho - que é o próprio Secretário da atual diretoria pelega.

Mas a coisa não pára aí: o voto por correspondência foi levado às últimas consequências, dezenas deles sendo entregues em mãos na sede do Sindicato à mesa dos trabalhos, cabrestando assim principalmente os votos da escola do SENAI. Vários outros votos por correspondência chegaram pelo correio, do interior, juntamente com cheques, atualizando a situação de eleitores sem condição de voto.

Ainda na mesma linha a pelegada impediu que os fiscais da chapa, na única que os apresentou para acompanhar as eleições, acompanhassem as urnas volantes, as quais, num absurdo flagrante, chegaram a ir até a residência de antigos professores aposentados colher os seus votos.

O clima das eleições e do comportamento do pelego pode bem ser dado pelo seguinte comentário de um coronel do Exército reformado e mesário no processo eleitoral: "Eu ajudei a construir isso aqui e não vai ser agora que nós vamos entregar o SINPRO para a gurizada que está nas chapas de oposição."

Como resposta ao desafio, as chapas de oposição discutem a possibilidade de a menos votada se retirar no segundo turno, todos concentrando seus votos na predileta da primeira votação.

**Leia e assinie
EM
TEMPO
Resista conosco
à escalada terrorista**

Lançada Corrente do PT

Reunidos recentemente lideranças estudantis de vários pontos do país lançaram um manifesto conclamando todos os estudantes do Partido dos Trabalhadores para formarem uma Corrente Estudantil do PT.

Eis a íntegra do manifesto:

Lançamos publicamente a proposta de que os estudantes PT de todo o país busquem avançar em sua unificação política, caminhando para a constituição de uma CORRENTE ESTUDANTIL DO PT.

A CORRENTE deve vir a ser um campo político para o desenvolvimento da intervenção dos militantes estudantis do PT, no movimento estudantil e no interior do partido. Há tantos estudantes PT pelopais, a força do PT entre os estudantes é grande; por que não buscar romper o isolamento que há entre todos nós?

Afinal, o PT é hoje uma realidade. É um instrumento que aglutinando inúmeros setores oprimidos e explorados, busca desenvolver e começa a desenvolver uma ação comum entre todos os que são seus militantes, mesmo existindo entre eles inúmeras visões políticas diferentes e em debate. A grande unidade em torno dos princípios do PT, convive com a diversidade de opiniões. Os estudantes PT devem comportar-se como o resto do partido. Buscando unificar a sua ação.

É não é o PT um partido construído sobre a mobilização popular? Não sendo eleitoreiro ou parlamentarista, a intervenção política de seus militantes não é uma necessidade? A CORRENTE PT deve significar o desenvolvimento de uma capacidade de atuação dos militantes estudantis que demonstre claramente que o PT não é um partido só para votar, mas um partido para a militância.

Não é à-toa que o PT é forte entre os estudantes. Hoje ele é uma articulação política que atrai todos os que estão interessados em desenvolver uma prática política solidária aos trabalhadores, desde dentro da universidade, desde nossas lutas mais imediatas e específicas.

Não há dúvida de que os estudantes simpatizam com o PT pelo que ele é: um instrumento de luta e não um partido eleitoreiro ou puramente parlamentar, um partido fundado na organização das bases e em sua mobilização independente dos trabalhadores.

E hoje, quem é combativo, quem quer desenvolver uma prática democrática fundada na organização de base, quem reconhece a necessidade de nos aliarmos aos trabalhadores para ser consequentes com os nossos interesses mais imediatos tem uma grande contribuição a dar para o movimento estudantil brasileiro.

Hoje ele carece de uma intervenção política no sentido de sua mobilização, sua organização democrática e da ruptura de seu isolamento social. A unificação dos estudantes PT é um passo importante para começar a romper essa situação, exatamente pela contribuição que nós podemos dar.

Não é importante a contribuição que os estudantes podem dar ao PT na discussão de um programa de educação? Não é importante a contribuição que estudantes das mais variadas áreas de conhecimento podem dar às várias discussões que se travam no partido sobre saúde, habitação, infração etc?

Certamente a nossa contribuição ao PT não poderá ser dada em toda a sua potencialidade com a gente isolada, desnecessariamente disperso.

Hoje lançamos essa proposta para ser discutida. Jamais acharemos que a formação da CORRENTE PT é um processo burocrático, um processo de auto-proclamação.

Há muita discussão a ser feita. E a ela conclamos todos os companheiros estudantes. Discussões que devem ser realizadas não apenas entre nós, mas também com as direções do PT. Há uma ação conjunta a ser desencadeada. E será que há algum motivo para que nós, estudantes PT não tentemos desenvolvê-la?

Várias reuniões foram feitas. A discussão já começou. Haverá ainda uma reunião no dia 17 de setembro em Belo Horizonte. E uma Reunião Nacional de militantes Estudantis do PT em Piracicaba, São Paulo, às vésperas do Congresso da UNE. Neles vamos discutir as

idéias sobre como unificar todo mundo que é PT, vamos discutir o que dá para ser feito em comum desde já!

A CORRENTE deve ser vista como nada mais do que a busca da unificação da intervenção dos estudantes PT, no movimento estudantil. As bases nas quais ela repousará são as mesmas do PT. E poderia ser de outra forma?

Os núcleos estudantis, as plenárias metropolitanas de militantes, os seminários sobre o movimento estudantil, os encontros (a exemplo de como tem funcionado e do que tem sido proposto no PT) devem ser, a nosso ver, a base de funcionamento da CORRENTE.

O método de funcionamento, o do PT: amplas discussões, democracia interna, liberdade de expressão, inclusive para quem é minoria defender os seus pontos de vista.

Os princípios, fundamentalmente os do manifesto e os do programa do PT. E aqui cabe ressaltar dois. A preocupação constante com o crescimento do movimento estudantil, em bases democráticas e intransigente defesa da autonomia e independência das entidades de massa, frente ao Estado e aos partidos políticos inclusive.

Temos obstáculos para constituir essa CORRENTE? Certamente. Há muitas questões em debate entre nós. Mas é um desafio que devemos aceitar. É uma pura questão de coerência entre quem pretende participar da construção de um partido político dos oprimidos e explorados, um partido de massas para lutar por uma nova sociedade.

A preocupação do PT é do crescimento do movimento social. A nossa ação política não pode basear-se apenas na nossa unificação.

Os estudantes PT, lado a lado com o desenvolvimento da nossa personalidade, de nossa presença, devemos ir desenvolvendo uma prática que demonstre o nosso apartidarismo no trabalho das entidades (jamais a despolitização e sempre o apartidarismo). É uma prática que demonstre a nossa preocupação com o crescimento, a unidade e a democracia no movimento estudantil.

Por isso achamos que devemos discutir entre nós, intensamente, uma proposta programática dos estudantes do PT para a UNE e posteriormente lançá-la para discussão entre todos os estudantes brasileiros, entre todas as posições políticas.

E devemos trabalhar em conjunto com todos que se afinarem, se identificarem com nossas propostas. Mesmo que não sejam do PT, num esforço para construir uma chapa para a nossa entidade que expresse o que há de mais representativo no movimento.

Assim estaremos combinando duas coisas a nossa identidade, a unidade dos estudantes PT com a preocupação com o movimento e sua unidade em torno de uma perspectiva de luta firme, combativa, independente e solidária aos trabalhadores.

Nem a diluição, nem o sectarismo são alternativas para nós.

Américo Antunes, Claudio Luis Zarotelli, Eduardo Albuquerque, Fernando Cristofano Jarbas Barbosa Junior, João Ribeiro Filho, Jomar Fernandes, Marco Amaral, Olivio Citart e Sebastião (Tião). *

Nota da Redação: Américo Antunes - diretor de Imprensa do DCE da Universidade Católica de MG; Claudio Luis Zarotelli - vice-presidente do DCU da Universidade Federal do Espírito Santo; Eduardo Albuquerque - ex-diretor do DCE da Universidade Federal de MG e membro da Direção Estadual Provisória do PT em Minas Gerais; Fernando Cristofano - coordenador geral do DCE da Universidade Federal de MG; Jarbas Barbosa Junior - coordenador geral do DCE da Universidade Federal de Pernambuco; João Ribeiro Filho - presidente da Universidade Estadual do Maranhão; Jomar Fernandes - presidente do DCE da Universidade Federal do Maranhão; Marco Amaral - secretário-geral do DCE da Universidade do RGS; Olivio Citart estudante da Universidade Federal do RGS e membro da Direção Municipal Provisória do PT em Porto Alegre e Sebastião - diretor do DCE da Universidade Federal de Juiz de Fora.

XXXII.º Congresso da UNE terá maior participação

Realizado sob o clima de tensão que caracteriza hoje o país, em função dos atentados terroristas da extrema-direita, a última reunião do Conselho de Entidades Gerais da UNE CONEG - tomou importantes decisões sobre o próximo Congresso da entidade.

Por Marco Amaral

Dezoito anos depois a UNE realizou uma Greve Nacional. Em 1962, no calor das "Reformas de Base" os estudantes brasileiros lutaram por 1/3 de representação nos órgãos colegiais. Hoje, os estudantes, juntamente com os docentes universitários, estão lutando pelo que existia naquela época: 12% do orçamento do país para a educação. Acrescida de uma nova realidade, fruto dos doze anos de reforma universitária - onde mais de 70% do ensino universitário é privado - a greve teve também como eixo: "Nenhum centavo a mais de aumento em 80".

A manutenção da data da Greve Nacional foi a principal resolução da última reunião do Conselho de Entidades Gerais da UNE - CONEG, apesar de toda a confusão feita pela diretoria, em alguns estados, com relação à data. Ao tomar esta decisão as Entidades estudantis presentes levaram em consideração os relatos de vários estados que atestavam a disposição dos estudantes em enfrentar a política educacional do governo. Exceto no Rio e São Paulo, onde as entidades gerais (UEEs) não estão apostando muito na greve, no resto do país, respeitadas as diferenças regionais, a greve deverá ser bem sucedida, pelo menos é o que esperam a maioria dos dirigentes estudantis presentes no último CONEG.

Uma boa idéia: Pinga da UNE

Considerando a crescente participação estudantil não só na vida da Universidade,



como também na sociedade em geral (vide as lutas por congelamento ou boicotes ao aumento das anuidades, greves, enfrentamento a atual política do governo tal como ocorreu durante a visita do ditador Videla ao Brasil, votação da lei dos estrangeiros, manifestações contra o terros, etc) o último CONEG decidiu alterar o critério de proporcionalidade na tirada de delegados para o XXXII.º Congresso da UNE, ampliando a participação.

No último Congresso o critério foi de 3 delegados para cada 500 estudantes e mais

uma para os restantes 500 ou fração, agora o novo critério será: 3 delegados para os primeiros 500 estudantes e mais um para os restantes 250 ou fração. Após uma longa discussão sobre os critérios para a tirada de delegados, voto em urna ou Assembleia Geral e sua proporcionalidade ficou estabelecido que será necessário um total de 20% de presença na Assembleia Geral e 30% para o voto em urna.

Desde já a cidade paulista de Piracicaba se prepara para, com toda certeza, o maior evento político de sua vida, a ocorrer nos dias 14, 15, 16 e 17 de outubro. A infraestrutura é das melhores, desde serviço que será posto à disposição dos estudantes, 10.000 alojamentos, até 20.000 litros de pinga que serão vendidos com rótulo da UNE.

De acordo com o CONEG a pauta do Congresso ficou assim distribuída: Situação Educacional; Conjuntura Nacional; Situação Internacional; Estatutos e Carta de Princípios da UNE; Processo Eleitoral e Estruturação da UNE. O Congresso se iniciará na manhã do dia 14 com um ato de abertura onde está prevista a participação de outras entidades, parlamentares e a apresentação de shows folclóricos ou de grupos musicais e teatrais de todo o país. No segundo dia se fará as discussões por grupos. No terceiro dia pela manhã haverá reuniões por áreas e pela tarde se dará início à plenária final com a discussão sobre a forma de eleição da nova diretoria (voto em urna ou eleição no congresso). No quarto dia se concluirá a plenária final com o encerramento do Congresso.

Opinião

Greve Nacional: um salto de qualidade

Por Beto Rodrigues (*)

Todo o movimento estudantil brasileiro tem consciência de que a conquista dos 12% do orçamento do país para educação ou "nenhum centavo a mais de aumento em 80" são lutas duras e para as quais se deve buscar o apoio e uma ação conjunta com todos os oprimidos deste país. Os vigorosos movimentos populares que lutam nos bairros por saúde, habitação e transportes condignos; nos campos e fábricas por melhores condições de trabalho e salários, dão o caldo que deve ser engrossado pelos estudantes, que lutam hoje por ensino público e gratuito em todos os níveis. Estas são reivindicações sociais que o Estado, a serviço das classes dominantes, se mostra incapaz de atender.

Não há dúvida, que isto exige uma enorme acumulação de forças. Muito influirão as campanhas unitárias que levamos e as vitórias parciais que obtivemos. A GREVE NACIONAL, convocada pela UNE, se coloca nesta perspectiva. Tendo um caráter político de protesto e denúncia, ela não é uma greve de conquistas imediatas. Nem por isso um passo em falso, uma "não-greve" como querem alguns.

Para que a UNE tenha condições de encaminhar uma greve até a vitória, na

busca de obter conquistas mais duradouras, muito ainda falta amadurecer. A greve de setembro é um 1.º passo para se superar a dispersão em que se encontram as lutas estudantis pelo país. É a primeira ação UNITÁRIA e NACIONAL desta gestão da UNE.

A atual diretoria da UNE foi incapaz de direcionar ações de massas significativas, desde que foi eleita, limitando-se a responder questões imediatas da conjuntura. A própria Greve Nacional só foi defendida pela maioria dos diretores da UNE depois de uma grande pressão de grande parte das entidades de base presentes no CONEG de julho. A entidade, reconstruída em maio do ano passado, ainda não tem uma política definida de captação de recursos, a própria sede da UNE é uma questão irresolvida. Com isto estamos dizendo que parte deste processo de amadurecimento é a própria construção material da entidade, ainda sem infraestrutura suficiente para ser instrumento ágil nacional.

A Greve Nacional aponta para o próximo Congresso da UNE em outubro. É nele que se fará o balanço deste ano e meio de reconstrução, definindo um plano de lutas que supere as lacunas e contradições desta gestão.

Este congresso, tudo indica, será um marco na unificação de nossas lutas. É uma tarefa prioritária de todos os ativistas do movimento estudantil, trabalhar para que ele seja o mais massivo e representativo possível. O sucesso da Greve Nacional contribui de forma decisiva para este objetivo. Não encaminhar a greve é, objetivamente, se colocar contra a unidade e o aprofundamento das lutas estudantis.

Além do próprio Congresso, a preocupação e os resultados da greve, terão grande importância no reforço das centenas de greves e movimentos reivindicativos que já estão ocorrendo em várias universidades do país, muitas das quais se encontram quase a beira da falência.

Esta 1.ª greve nacional, de um setor importante no país, desde 64, tem importância para os próprios trabalhadores, para quem esta arma se torna uma necessidade cada dia mais presente.

Em síntese, a GREVE NACIONAL DE 3 DIAS se apresenta para nós, como o grande salto a frente na potencialização do enorme capital de combatividade que os estudantes tem demonstrado.

(*) Beto Rodrigues é membro da tendência estudantil Peleia, no Rio Grande do Sul e militante do Partido dos Trabalhadores.

Escândalo sindical

Flagrante no pelego dedo-duro

Descoberto em Porto Alegre o maior escândalo sindical dos últimos tempos. O pelego Othelo Oliveira da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado, mantém regularmente uma farta correspondência com o DOPS, a DRT e os patrões dedurando as lideranças combativas da categoria. Aqui, os ofícios que provam a dedação.

Por Sérgio Ruckert

Quando falamos de um pelego sindical, nos vem à mente um indivíduo ativo na colaboração de classes, um indivíduo que não mede esforços na conciliação de interesses entre patrões e empregados. Para isso, ele usa uma série de artimanhas com o objetivo de esvaziar assembleias de campanhas salariais, impedir a formação de alternativas de direção autênticas entre os trabalhadores, etc. Formas de pressão que a maioria dos operários que possuem algum nível de participação sindical conhecem de sobra, sejam identificados ou não com as posições dos pelegos. Sabe-se também que, para promover a conciliação



Porto Alegre, 1/outubro/1979

H.MO. SR. JORNALISTA
CELITO DE GRANDI
DD. DELEGADO
REGIONAL DO
TRABALHO
NESTA

Prezado Delegado:
O PRESIDENTE DO
SINDICATO DOS
TRABALHADORES EM
TRANSPORTES
RODOVIÁRIOS NO EST.
DO R.G. DO SUL
vem, relatar o que se segue:

1.: Fomos compelidos, estatutariamente, a promover uma Assembleia, conforme solicitação de Associados, para o dia 02/10/79.

2.: Para tanto, já publicamos o respectivo Edital no jornal ZERRO HORA, desta Capital.

3.: Estranhamos, pois os mesmos signatários do pedido de uma Assembleia, são os que integraram a Comissão de Greve ocorrida há dias atrás! Pela má vontade, flagrante já na época, com esta Diretoria, verificamos não tratar-se de uma simples disputa eleitoral. Trata-se de uma posição política que não encontrou eco entre a Categoria, durante aqueles dias conturbados. Se não vejamos: como explicar a série de ataques que estamos sofrendo, agora, em que verificamos que os membros, daquela Comissão, estão envolvidos sob uma pseudo-liderança, conhecida já, pelas agitações tentadas na mesma ocasião da Greve? É, exatamente o caso do Sr. ... que em entrevistas faz-nos, ou orienta, uma série de difamações tão ao gosto das idéias que possui? E, porque reuniões (como foi aventada) em Entidades que nada têm a ver com a Categoria? - E, de quem é a inspiração para o Boletim que vem circulando pela Classe, procurando enlamear o que foi conseguido com tanto sacrifício?

São por estas razões, que esta Diretoria, vem alertar V.S., para a Assembleia do dia 02/10/79, quando a pretexto de uma disputa eleitoral, um grupo aqui estará com a única intenção de DIVIDIR-NOS!

Certos de o nosso dever, com esta Delegacia e com o seu Titular, foi cumprido pela informação, firmamo-nos mui

atenciosamente

OTHELO OLIVEIRA
DA SILVA
Presidente

lhadores e também, policiais; estes A PEDIDO. A greve, além disso, mostrou a virtualidade da categoria dos motoristas ter uma oposição organizada à diretoria, pois foi ela quem comandou a greve, participou nas negociações, etc.

regional do trabalho, principalmente a correspondência havida no ano de 1979 - na época da greve geral da categoria, no mês de agosto - e que agora veio a público.

Tudo começou com a greve

Para lembrar aquele período, anterior à greve, basta recordarmos que naquele momento alguns setores dos trabalhadores em empresas de ônibus não estavam satisfeitos com o acordo assinado em dezembro de 78, que previa reajustes salariais de acordo com o aumento das tarifas das passagens. E para mudar a forma de reajuste, pressionam a diretoria do Sindicato no sentido de convocar uma Assembleia Geral Extraordinária da categoria. Data desse momento, o primeiro ofício do sr. Othelo, ao diretor do DOPS, solicitando a ajuda desse órgão: tendo "em vista as nossas próximas Assembleias Gerais Extraordinárias, nos dias 9 e 10 de agosto do corrente ano informamos à Vv.Ss. que a mesma ocorrerá em primeira chamada às 19,30 horas, e em segunda e última convocação, às 20 horas". Para em seguida acrescentar: "Certos da vigilância de Vv.Ss., valemo-nos da oportunidade para apresentar-lhe as nossas mais cordiais saudações". Assinado: Othelo Oliveira da Silva - presidente.

A greve mobilizou traba-

Pois o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado do Rio Grande do Sul, o sr. Othelo Oliveira da Silva, notório pelego, ofereceu-nos a oportunidade de penetrar nos meandros dessa faceta que envolve as relações da triade dos três "p": Patrão-Polícia-Pelego. Este senhor, cioso de sua autoridade, guardava na sede do sindicato a correspondência com o diretor geral do DOPS e com o sr. Celito de Grandi, delegado

H.MO. SR. DELEGADO
DIRETOR DA ORDEM
POLÍTICA E SOCIAL
DOPS
NESTA

Prezado Senhor:

Agradecemos à V.Sa. a presença, por nós solicitada, de elementos, em nossa Assembleia que a Categoria nos ordenou a realizar.

Como V.Sa., bem pode avaliar pelas gravações feitas durante a mesma, o esquema da oposição chefiada pelos... eram tumultuar as nossas legítimas aspirações o que não foi conseguido, graças inclusive ao nosso Companheiro Saul do Prado, que mobilizou a categoria em PASSO FUNDO, para nosso apóio.

Mesmo assim, agradecemos a ajuda que tivemos, em atenção ao nosso pedido, e valemo-nos da oportunidade para apresentar-lhe as nossas mais cordiais saudações.

atenciosamente

OTHELO OLIVEIRA
DA SILVA
Presidente

H.MO. SR. DELEGADO
DIRETOR DA ORDEM
POLÍTICA E SOCIAL
DOPS
NESTA

Prezado Senhor:

Em vista às nossas próximas Assembleias Gerais Extraordinárias, nos dias 9 e 10 de agosto do corrente ano, informamos à Vv. Ss. que a mesma ocorrerá em primeira chamada às 19,30 e em segunda e última convocação às 20 horas.

A Assembleia dar-se-á em nossa sede social na av. Venâncio Aires, 894.

Certos da vigilância de Vv. Ss. valemo-nos da oportunidade para apresentar-lhe as nossas mais cordiais saudações.

atenciosamente

OTHELO OLIVEIRA
DA SILVA
Presidente

de classes, o pelego não se limita a colaborar com os patrões mas, geralmente, mantém uma troca de favores com o aparelho policial, da mesma forma, qualquer operário guarda em sua memória a presença de "figuras estranhas" nas atividades sindicais, e outros, muitas vezes obrigados a prestar esclarecimentos em dependências governamentais acerca de suas atividades sindicais, sentem mais de perto, no próprio corpo, aquela intensa troca de favores entre pelegos e policiais. Porém, muitos poucos conhecem a intimidade dessas relações - a troca de cartas, telefonemas, os agradecimentos mútuos - que cercam pelegos, patrões e policiais.



Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários
no Estado do Rio Grande do Sul

SEDE PRÓPRIA: Avenida Venâncio Aires, 894 - Cx. Postal 10291
Porto Alegre - CEP 90006 - RS - Telefones: 31 - 7276 - 31 - 1617
Delegacia: 4º Distrito Av. Brasil, 1004 esquina Av. Pará
Porto Alegre, 28/agosto/1979.

ILMO. SR. DIRETOR
DELEGADO DA ORDEM POLITICA E SOCIAL
N.E.S.T.A

Prezado Senhor:

Agradecemos à V.Sa. a presença, por nós solicitada, de elementos, em nossa Assembleia que a Categoria nos ordenou a realizar.

Como V.Sa., bem pode avaliar pelas gravações feitas durante a mesma, o esquema da oposição chefiada pelos

... eram tumultuar as nossas legítimas aspirações o que não foi conseguido, graças inclusive ao nosso Companheiro SAUL DO PRADO, que mobilizou a categoria em PASSO FUNDO, para nosso apóio.

Mesmo assim, agradecemos a ajuda que tivemos, em atenção ao nosso pedido, e valemo-nos da oportunidade para apresentar-lhe as nossas mais cordiais saudações.

atenciosamente
Othelo Oliveira da Silva
Presidente

Após a greve, um segundo ofício é enviado ao DOPS, agradecendo a presença de

Porto Alegre, 1/outubro/1979

H.MO. SR. DELEGADO
DIRETOR DA ORDEM
POLÍTICA E SOCIAL
DOPS
NESTA

Prezado Senhor:

Como informamos, nesta data, à Delegacia Regional do Trabalho, teremos que promover uma Assembleia - conforme solicitação dos Associados no Dia 02/10/79.

Trata-se, exclusivamente, de uma MANIFESTAÇÃO POLÍTICA, pois os signatários da mesma solicitação são os que integraram a comissão da última greve! Para ser mais exata, vem à frente o Sr. ... São os autores da publicação, que nos difama. Uma espécie de Boletim que anda circulando entre a Categoria, com a única finalidade de DIVIDIR-NOS, causando uma emoção social.

Para tanto solicitamos à V.S., uma observação intensa, na ocasião, para que possamos realizar os nossos objetivos, que são a tranquilidade social em nosso País.

Certos da vossa compreensão, e esperando pelo reconhecimento desse órgão naquela oportunidade, firmamo-nos mui

atenciosamente

OTHELO OLIVEIRA
DA SILVA
Presidente

seus agentes nas assembleias preparatórias da greve, bem como as atividades desenvolvidas por eles. "Como V.S. bem pode avaliar pelas gravações feitas durante a mesma, o esquema de oposição chefiada pelos srs..., era tumultuar as nossas legítimas aspirações". Este é de 28 de agosto.

Deduração também à DRT

Em outubro, mais uma assembleia é marcada por exigências das bases que solicitam uma prestação de contas das atividades da diretoria. A partir desse momento, a ira do sr. Othelo atinge o climax. Não lhe basta mais solicitar a ajuda do DOPS: elabora um relato detalhado dos acontecimentos, dirigido ao sr. Celito de Grandi, da DRT. No ofício de 1º de outubro, informa que "fomos compelidos, estatutariamente, a promover uma Assembleia, conforme solicitação de Associados, para o dia 02/10/79". Noutra passagem, diz que: "Estranhamos, pois, os mesmos signatários do pedido de uma assembleia, são os que integraram a Comissão de Greve, ocorrida há dias atrás! Pela má vontade, flagrante já na época, com esta Diretoria, verificamos não

Porto Alegre, 16/outubro/1979

ILMO. SR. DELEGADO
DIRETOR DA ORDEM
POLÍTICA E SOCIAL
DOPS
NESTA

Prezado Senhor:

A finalidade desta, é a de agradecer pelo apoio dado à esta Diretoria, quando a nosso convite, V.Sa. nos enviou vossos agentes - sendo que um deles pertencia a Polícia Federal - para participarem e gravarem a Assembléia Geral Extraordinária, convocada por um número ínfimo de associados, que não estavam satisfeitos com a nossa Direção. Como já dissemos anteriormente ficou comprovada a má vontade para conosco. Passamos a nominata de nomes, para que V.Sa. tome as devidas providências.

Outro que atende pelo apelido de ..., comandados pelos acima, principalmente pelos Srs. ... e ... que tudo fizeram, para perturbarem a dita assembléia.

Oficiaremos às respectivas Empresas, em que trabalham, para que os mesmos sejam punidos pela gravidade que cometeram, perturbando os trabalhos patrióticos que envidamos e que é do conhecimento de V.Sa.

Certos da habitual compreensão, firmamo-nos

atenciosamente

OTHELO OLIVEIRA
DA SILVA
Presidente

tratar-se de uma simples disputa eleitoral. Trata-se de uma posição política, que não encontrou eco entre a categoria, durante aqueles dias conturbados".

No mesmo dia, outro ofício é enviado ao diretor do DOPS. Sobre a assembléia, afirma: "Trata-se, exclusivamente, de uma manifestação política, pois os signatários da mesma solicitação são os que integraram a comissão da última greve!... Para tanto, solicitamos à V.S., uma observação intensa, na ocasião, para que possamos realizar os nossos objetivos, que são a tranquilidade social em nosso País."

Após a assembléia, o sr. Othelo aproveitou para agradecer os serviços do DOPS em mais uma carta, do dia 16 de outubro: A finalidade deste, é a de agradecer pelo apoio dado à esta Diretoria, quando à nosso convite, V.S. nos enviou vossos agentes - sendo que um deles pertence à Polícia Federal - para participarem e gravarem a Assembléia Geral Extraordinária... Passamos à nominata de nomes para que V.S. tome as devidas providências (segue lista de oito nomes). Oficiaremos às respectivas empresas, em que trabalham, para que os mesmos sejam punidos pela gravidade que cometeram."

E também aos patrões

A ameaça constante no ofício é cumprida. Alguns

dias após, o sr. Othelo envia uma carta a um diretor de empresa de ônibus: "Conforme os entendimentos por telefone, vimos a presença de V.S., para reiterar a informação anteriormente já dada: a Comissão de Greve foi constituída por diversos elementos de empresas diferentes. Mas, entre os elementos estavam dois de vossa empresa..."

Este relacionamento tão grato ao sr. Othelo, rendeu-lhe frutos: no mês de julho deste ano, foram realizadas as eleições para o sindicato, com chapa única - na cabeça, obviamente, este senhor, candidato à reeleição -, sem a presença incomoda de uma oposição. Esta foi decepada no seu nascimento - a maior parte dos motoristas, que poderia contitui-la, foi demitida - ou, então, encontraram-se outras formas de pressioná-los.

Há ainda dois outros ofícios dignos de nota. Um de 3 de julho de 1980, onde o pelego pede desculpas ao delegado regional do trabalho por haver incluído em sua carta programa, na parte dos serviços assistenciais, o nome de um advogado trabalhista que é "persona non grata" - pelas idéias políticas que defende - pe-

Porto Alegre, 1/dezembro/1979

ILMO. SR. DIRETOR DA
EMPRESA TREVÓ LTDA.
NESTA

Prezado Senhor:

Conforme entendimentos por telefone, vimos a presença de V.Sa. para reiterar a informação anteriormente já dada: a Comissão de Greve, foi constituída por diversos elementos de empresas diferentes. Mas, entre os elementos estavam 2 de vossa empresa: ... São exatamente aqueles dos quais já falamos, que manifestam uma tremenda má vontade para com esta Direção, que mantem tão bons laços de amizade com a vossa organização.

Certos de termos, mais uma vez, colaborado com V.Sa. valemo-nos da oportunidade para apresentar-lhes as nossas mais cordiais saudações.

atenciosamente

OTHELO OLIVEIRA
DA SILVA
Presidente

rante o regime vigente em nosso país".

E um outro, de agosto também do mesmo ano, onde o pelego volta a carga, passada a campanha eleitoral, com novas deduragens ao DOPS.

Mas o cinismo do sr. Othelo, tem sua evidência maior na comparação entre seus atos e o que afirma no início de seu programa. Ali, ele diz textualmente: "Nós sempre, fomos apoiados pelos companheiros, sem o qual não teríamos tido, se-

Porto Alegre, 3/julho/1980

ILMO. SR. JORNALISTA
CELITO DE GRANDI
DD. DELEGADO
REGIONAL DO
TRABALHO
NESTA

Prezado Delegado:

O PRESIDENTE DO
SINDICATO DOS
TRABALHADORES EM
TRANSPORTES
RODOVIÁRIOS NO EST.
DO R.G. DO SUL
vem informar o que se segue:

1.: Pode, e deve, ter causado estranheza à V.Sa. o Boletim Eleitoral, elaborado por nós, em vista às próximas Eleições Sindicais, a realizar-se nos dias 1 a 5 do corrente mês.

Incluimos, com a devida permissão do mesmo, os nomes dos Srs. Advogados LUIZ LOPES BURMEISTER e seus assistentes, muito embora sabemos que o mesmo, é "persona non grata" - pelas idéias políticas que defende - pelo regime vigente em nosso país.

Pode V.Sa. ficar tranquilo, pois os mesmos não têm atuação funcional em nossa Entidade, apenas foram incluídos pelo prestígio que o Dr. BURMEISTER goza no meio de nossa Categoria.

Crendo ter sanado qualquer dúvida a respeito, nos crendo ainda, merecedores da confiança nunca negada a esta Presidência, firmamo-nos mui

atenciosamente

OTHELO OLIVEIRA
DA SILVA
Presidente

quer, animo, vontade e acima de TUDO, não poderíamos CRER no que estávamos realizando. O que AGORA, com DADOS, podemos comprovar, são fatos que coroam a gestão que ora encerra o seu mandato".

Realmente, mais do que crer, agora podemos comprovar os fatos que coroam a gestão que inicia o seu mandato, pois tanto o DOPS, quanto o sr. Celito de Grandi, confirmaram o recebimento das cartas aqui citadas.

Porto Alegre, 12/agosto/1980

ILMO. SR. DELEGADO
DIRETOR DA ORDEM
POLÍTICA E SOCIAL
DOPS
NESTA

Prezado Senhor:

Informamos à V.S., que um indivíduo, de nome ..., motorista, está promovendo entre a categoria, um clima de agitação em nome de falsas concepções trabalhistas.

Outros fazem parte do grupo, tais como: ... São elementos que trazem perturbações, e, que cremos, são portadores de idéias políticas estranhas ao nosso meio.

Certos da compreensão de V.S. aproveitamos o ensejo, para nos colocar à disposição dessa organização.

atenciosamente

OTHELO OLIVEIRA
DA SILVA
Presidente

Janjão dedo duro: Palavrório de oposição, trabalho de cão

A integração entre a estrutura sindical atrelada ao estado e o aparelho policial, é um problema tão antigo quanto a própria figura do peleguismo. O que é difícil, ou raro, é o pelego ser pego com a mão na botija, como ocorre com o caso ao lado.

O tema em si, no entanto, é tão clássico que foi até objeto de vários capítulos do livro "Além da greve", do jornalista sindical Antonio Carlos Félix Nunes, lançado em 1979 em São Paulo.

No capítulo denominado "A manobra", Nunes trata do pelego que, com o soprar dos novos tempos, tenta modernizar e radicalizar sua imagem junto à categoria. Mas, seja pela sua origem, seja pelos seus vínculos com o aparelho policial, ele continua prestando regularmente os seus serviços, apesar das aparências em contrário.

O pelego personagem em questão chama-se, no livro, Janjão, e preside o maior sindicato da América Latina... O livro, no entanto, é uma ficção, e não trata diretamente de casos reais determinados. Mas pela apresentação que o autor faz de sua obra, pode-se ver que ela é muito mais uma metáfora do que uma ficção. Logo na primeira página, Nunes proclama: "Qualquer semelhança do enredo deste livro, com personagens e fatos da vida real NÃO será mera coincidência. Infelizmente."

Aqui, trechos do livro.

Impacientava-se o delegado Sigismundo, a caminhar de um e outro lado da sala, punhos cruzados às costas, as mãos nervosas se apertando. Quatorze horas já passadas e o Janjão Santiago dos Anjos não aparecia. Quebrada a pontualidade de chegar todas as segundas-feiras às 12 horas. Mau sinal. Janjão costumava chegar tranquilo e sorridente, assim que se abriam as portas do Departamento e se iniciava o expediente. Adentrava distribuindo cumprimentos aos funcionários. Com as jovens bonitas do Departamento fizera amizade, a elas não regateava largos sorrisos e olhares interesseiros, a assumir força de sedução sob o bigode negro.

Seria imensamente desagradável que seu prognóstico se confirmasse - pensava o doutor Sigismundo. Nesta altura dos acontecimentos, súbita ruptura daquele dirigente com o governo resultaria em enormes prejuízos ao regime político, desgastando-o ainda mais junto à população operária. Aliás, somente agora os trabalhadores começavam a se conformar com a ação governamental. E tudo graças ao incrível poder de manobras do dirigente Janjão. Os protestos se reduziam a cada dia, já não tinha tanto trabalho a polícia como no início, com mobilização constante, correria danada, para abafar descontentamentos aqui e ali espoucados. Se Janjão vira casaca, contudo, assim no desespero, os opositores evidentemente vão explorá-lo, mais ainda vão agitar as massas, tendo-o como espantalho. Deter o Janjão pelo violento discurso, na justificativa de um desafio aberto ao governo, era uma possibilidade que não queria nem imaginar. Isto significa retorno à estaca zero, destruição do último - e importantíssimo - bastião do regime entre os trabalhadores, a suavizar a maneira rude e antipática como se impunham determinações ao povo.

Janjão chegou efetivamente. Passava das 15 horas quando se enfiou apressado pelo comprido corredor.

Mostrava-se algo assustado, fisionomia contrita, sem a alegria de antigamente. Visível sua perturbação, inutilmente disfarçada por um sorriso apagado, ao avistar-se com o doutor Sigismundo.

-Uff! Até que enfim você chegou. Preocupadíssimo já estava - disse-lhe o outro, completando em tom de pilhéria: - Depois daquele discurso à la Karl Marx, de sexta-feira, julgava-o desaparecido do mapa, e eu aí na obrigação de colocar a tropa à procura do meu amigo Janjão!

Janjão reanimou-se com a brincadeira do delegado, relaxava-se a imaginar que seu ato tivesse sido compreendido pela autoridade policial. Alivia-se vendo desfeito seu grande receio, que se resumia numa perspectiva tétrica: se os caras não compreendem a jogada, grampeiame e me enviam ao DOI-CODI? Sabia não ter oportunidade ali de se explicar, pois não desconhecia a norma da casa: antes pauladas, depois o

interrogatório. Ajudado já tinha a mandar para lá alguns dos perturbadores do ambiente sindical. Soube depois quanto os coitados sofreram, antes de serem "convidados" a falar... Apavorava-se com essa idéia. De Florêncio e Risoletti lembra-se agora, ambos engaiolados por dedagem sua no Departamento. Como apanharam! Chegara a se arrepender da colaboração prestada, ao saber das torturas a que foram submetidos, no pau-de-arara, com choques elétricos em todo o corpo, as horas seguidas na cadeira do dragão.

Positivamente, não teria condições de resistir aos seguidos maltratos físicos por que passaram os outros. Água pediria logo, confessaria ser o secretário-geral do Partido Comunista na primeira cacetada, se isso fosse eficiente para livrar-se dos algos. Sujeitos fortes seus dois dedados! Pusilânime era ele, um covarde mesmo a ligar-se ao governo, habituado a engolir sapos e cobras, no mesquinho interesse de defender a pele, garantir sua permanência no sindicato. Ah, mas não era só por covardia que se afinava com os manda-chuvas do momento! Tinha para com eles uma imensa dívida: fora a Revolução de Março que lhe dera o mandato. Não fossem os militares virarem a mesa, limpando o País dos esquerdistas, hoje não estaria na direção do mais importante sindicato da América Latina, nas urnas, frente a frente, num confronto limpo com aqueles hoje por baixo, jamais se alçaria no posto, prosseguiria frustrado em sua ambição pessoal. Os caras fardados foram legais quanto a isso: esvaziaram a área e mandaram buscá-lo, deram-lhe tudo na bandeja. E eu agora a recriminar seus métodos de punição! Não. Devo estar sendo injusto.

As coisas se tornaram mais fáceis do que Janjão imaginava. O dr. Sigismundo quase não fez perguntas, limitou-se mais a ouvi-lo. Interferia só para ajudá-lo a ordenar o raciocínio, concordando com o que ia dizendo. Declarou Janjão ter se posto a par dos preparativos dos opositores com grande antecedência. Homens seus vinham acompanhando toda a movimentação dos outros, a informar-lhe dos locais das reuniões, do trabalho de aliciamento nas fábricas. Disse ao delegado estar a razão do seu sucesso no emprego de uma tática militar: saber antecipadamente qual os planos do inimigo, e atacá-lo pelo flanco desguarnecido com poder maior de fogo. E como não possuía este na ocasião, foi obrigado a surrupiá-lo ao inimigo, numa autêntica operação de guerrilha. E ficavam assim justificados, de forma cabal e insofismável, seu preliminar insulto ao governo, a aberta condenação à repressão policial, o qualificativo provocador (ditadura) dado à ordem estabelecida. Como dirigente e político hábil, sobrevivente de refregas idênticas travadas em situação inversa ("os esquerdistas dominavam o ambiente sindical"), Janjão sabia como canalizar a simpatia da assembléia para seu lado. Tinha que insulá-lo com as teses da oposição. O delegado Sigismundo já parecia plenamente convencido. Janjão, porém, insistia com outros argumentos, queria ter certeza de que sua barra estava mesmo limpa:

- Minha posição nesse episódio, bem sei, não foi simpática. Contudo, devo dizer que ela teve o sentido dessas operações de guerra dolorosa, com o comando obrigado a sacrificar, em incursões suicidas, alguns dos seus efetivos. Tudo em favor de uma estratégia global de avanço ou de consolidação do terreno conquistado. Assim, se tivesse eu sido escrupuloso em matéria de fidelidade, teriam eles dominado a situação, talvez até conseguissem minha destituição do cargo. Foi um alto preço pago para preservar a entidade sob nosso comando, mas valeu a pena.

- É claro - completa Janjão, alargando um sorriso, agora já totalmente descontraído - que, no plano prático, não serão levadas em conta as deliberações da assembléia. Morreram elas ali entre as quatro paredes do sindicato, Lá fora junto aos trabalhadores, a conversa será outra. Retornando eles novamente à carga, o que evidentemente acontecerá, pensarei em outro meio de enganá-los.

O doutor Sigismundo deu-lhes uma palmada afetiva às costas, apertou-lhe a mão, liberando-o: - Você é um importantíssimo quadro da Revolução de Março, como aqueles o são para a chamada igreja progressista e para o Partidão".



Metalúrgicos/ Osasco II Congresso

Vem aí, o II Congresso dos Metalúrgicos de Osasco, promovido pelo sindicato da categoria, nos dias 21 e 22 de setembro, e que deverá ter como eixo central das discussões, a próxima campanha salarial. A preparação do Congresso começou cedo, com a realização de um ciclo de debates, nos dias 3, 4 e 5 de setembro, que contou com a participação de Frei Beto, Walter Barelli, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), e Luis Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Nessa ocasião, em que Lula fez um amplo relato e balanço da greve do ABC, aconteceu, pela segunda vez a autocritica pública de Zé Pedro da Silva, por seu comportamento na greve de novembro passado.

Aliás, dificilmente Zé Pedro encontrará motivos para nova autocritica, este ano, já que segundo tudo indica, dificilmente haverá condições de um chamado à greve, durante a campanha salarial. Além da desmobilização da categoria, é notório o engajamento de todos os setores que militam na entidade presidida por Henos Amorina, na preparação das eleições sindicais, marcadas para janeiro de 1981.

SEAAC/SP Vote Luta Sindical

Depois de 31 (o Piquete confirma, trinta e um) anos encastelada no poder, parecem estar contados os dias do pelego que se apossaram da direção do Sindicato dos Espregadores de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (SEAAC): é que desta vez, ele encontrará, nas eleições marcadas para os dias 22, 23, 24, 25 e 26 de setembro, uma chapa combativa de Oposição, a Chapa 2, "Luta Sindical". Apesar de todas as manobras do sabujo, que tentou por mil e uma formas impedir o registro da chapa, vetando, mais recentemente, alguns nomes sob a alegação de serem "profissionais liberais" (só agora ele fez a "descoberta", apesar dos nomes vetados - que trabalham, como assalariados em empresas de assessoria e pesquisa - serem, no mínimo, há dois anos associados no sindicato), não conseguiu intimidar a oposição. Por isso, os sócios do sindicato (poucos, diante de uma base estimada em 100 mil trabalhadores, em todo o Estado - para o pelego não interessa sindicalizar, basta receber o imposto sindical) deverão dar o voto maciço à chapa 2, encabeçada pelos seguintes trabalhadores: Marco Fernando Montenegro, o Ceará (IPT), Laura Machado Bueno (EMPLASA), Antônio Carlos Roxa da Motta (SEADF) e Marcos José Heitorne (Real Processamento de Dados).

Construção Civil/ DF Prisões em massa

Os candangos de Brasília, que iniciaram greve no dia 1º de setembro (cerca de 12 mil trabalhadores aderiram ao movimento), estão sendo severamente reprimidos pela polícia do Distrito Federal, que dissolveu, à força, um piquete formado nas proximidades do Palácio Buriti, sede do governo local, prendendo 52 grevistas. Ganhando uma miséria (Cr\$ 4.500,00 por mês, para os serventes, e Cr\$ 6.000,00 para os oficiais), justamente no Planalto, capital da mamata e da mordomia nacional, os pedreiros estão reivindicando um aumento imediato de 60% nos salários.

Metalúrgicos/SP Assembléia na marca

Frente a má vontade do pelego Joaquim em iniciar a campanha salarial de 80 e convocar assembléias da categoria (apesar dos constantes apelos da mesma), o Movimento de Oposição pela Reconquista do Sindicato, deliberou na sua coordenação do setor sul convocar a primeira assembléia, que se realizou dia 5/9/80 na Capela do Socorro e na qual compareceram 150 metalúrgicos, representando 47 fábricas, número considerado bom, em vista da convocação ter ficado restrita a 17 fábricas, com 15 mil boletins distribuídos em dois dias.

Nesta primeira assembléia foram aprovadas as seguintes propostas:

1) Luta por um piso salarial da categoria; 2) Estabilidade no emprego; 3) Aviso-prévio pago em dinheiro no ato da dispensa; 4) Uma assembléia para o próximo dia 26, inter-categorias, se possível no mesmo local; 5) Denúncia da manipulação do Joazeirão, convocando assembléias por fábrica, em separado, dedurando depois os trabalhadores presentes; 6) Participação no Sindicato, denunciando sempre que possível as manobras do pelego; 7) Que cada operário dê uma hora de seu salário para o fundo-de-greve; 8) Formação de uma Comissão de Mobilização para esquentar a campanha.

Esta última questão provocou muita discussão, já que uma corrente defendia a formação de um Comando de Mobilização com 20 membros indicados ali e outra, uma Comissão aberta, para levar a campanha no setor. Após acirradas discussões esta última acabou prevalecendo.

Na segunda-feira, dia 8/9/80 reuniu-se a Comissão de Mobilização, com 16 participantes, ficando programada uma tiragem de 20 mil boletins informando a categoria das deliberações, convidando-a para a luta que se inicia e para uma ida ao Sindicato dia 16 exigir uma assembléia geral da categoria, conseguindo adesão de outras regiões.

Esta primeira assembléia, feita à revelia do Sindicato, pode ser considerada como um avanço na disposição de luta da categoria metalúrgica e uma próxima já está marcada para o dia 11/9/80, desta vez no setor oeste.

Projeto Julianelli A luta continua

No dia 27 de Agosto realizou-se no Colégio Equipe (SP) um ato público de repúdio ao projeto de Lei nº 2726, conhecida como projeto Julianelli, nome do deputado (PDS, claro!) Salvador Julianelli que o apresentou na Câmara Federal. Tal projeto prevê a subordinação de nada menos que 13 profissões da área de saúde a parecer médico para o exercício de suas funções. Para se ter uma idéia do descalabro do projeto, no caso do psicólogo seria vedado o "diagnóstico de doenças como neurose" dando a entender que a neurose tem uma causa orgânica, questão no mínimo discutível. Seria também vedado a este profissional o exercício da psicanálise tornando-a privativa do médico, outra questão que não encontra argumento plausível a não ser num extremo reducionismo orgânico que teria sido superado no início do século.

O ato público do dia 27 de setembro, que se incluía no "Dia Nacional de Luta Contra o Projeto Julianelli", coincidiu com uma nota lançada pelo Conselho Federal de Psicologia, que ao que consta não esteve presente em nenhuma manifestação pública de repúdio ao projeto, garantindo que o projeto de saúde, através de ingerências deste e mais 12 Conselhos Federais, havia sido sobrestado (isto é, retirado por 30 dias para reformulações) e, naturalmente, aconselhava aos atingidos a aguardarem o desenrolar dos acontecimentos no conforto dos seus lares.

Mal sabiam (ou bem sabiam?) os dirigentes do Conselho Federal de Psicologia que não existe tal figura jurídica - o sobrestamento - no regimento interno da Câmara Federal e que o projeto de saúde continua tramitando normalmente, aguardando o encaminhamento do relator do projeto - o deputado Tarcísio Delgado. Cabe aos Psicólogos e outros profissionais envolvidos continuarem sua luta contra esse projeto absurdo e não aceitarem reinados. Importante seria que esses profissionais, juntamente com os médicos, aproveitassem esta oportunidade, onde categorias da área de saúde se mobilizam a nível nacional, para discutir uma concepção de saúde e trabalho interdisciplinar que atenda aos reais interesses da maioria da população brasileira para contrapor-lo às tentativas de elitização e "industrialização" da saúde no país.

Bancários/SP Acordo ou Dissídio?

Um mil e duzentos bancários paulistas se reuniram em Assembléia Geral, no auditório do Sindicato, no 20.º andar da Rua São Bento, no último dia 28 às 22:00 horas, para decidir os rumos de sua campanha salarial. Como se não fosse suficiente o contrato de terem de se transferir, na última hora, da Câmara Municipal para a sede de seu Sindicato, devido a uma ameaça de que uma bomba explodiria naquele local, os bancários assistiram a uma histórica esgrima de propostas, cujas diferenças iam, na medida em que a discussão se tornava mais acalorada, ficando cada vez mais imperceptíveis. Votações eram, sucessivamente, feitas e anuladas e malgrado o esforço da mesa, que com muita dificuldade tentava dirigir a assembléia, o ambiente ficou incontrolável. Os bancários foram abandonando o auditório levando junto com as suas dúvidas a certeza de que alguma coisa anda mal. De tudo isto restou a aprovação da proposta de intensificar a pressão nos banqueiros através da "Operação Segurança e Eficiência", como forma de preparar a greve.

Diante da desorganização da categoria e de seu baixo grau de mobilização não resta a menor dúvida, os bancários se esforçam para colocar na balança as alternativas de acordo ou dissídio, enquanto a possibilidade de greve, não como poderoso instrumento de pressão, mas como obsessão, vai masserando o cérebro de alguns.

Após a audiência da conciliação, marcada para sexta-feira, dia 12, às 15 hs. será convocada uma Assembléia Geral da categoria que discutirá os termos da proposta patronal. Certamente, não vai ser muito fácil decidir o que fazer.

Osasco: fala um delegado sindical

Manoel Pereira de Oliveira, o "Mané-bode", electricista-enrolador, 27 anos, metalúrgico há 8 anos, é um antigo militante da Oposição metalúrgica de Osasco. Atualmente é delegado sindical, eleito diretamente pelos operários da MUNK, fábrica situada no município de Cotia, incluída na base territorial de Osasco. Ao EM TEMPO, ele relata sua experiência:

- Como começou sua trajetória como delegado sindical?

- Foi na Bardella, metalúrgica situada em Jandira, na base territorial de Osasco, em 78. Lá, nós tínhamos um grupo de fábrica, que se reunia duas vezes por mês, que tinha uma rigorosa atuação sindical. Com as mobilizações do ABC, no início de 78, a coisa esquentou também aqui em Osasco e, na Bardella, paramos a fábrica por três dias. Foi feito então um acordo com nove itens sendo um deles o delegado sindical, com estabilidade por um ano, eleito diretamente pelo trabalhador. Só que, pouco antes da eleição, a fábrica descumpriu uma parte do acordo e mandou 12 companheiros embora, e eu entre os 12... Eu era candidato a delegado sindical, mas não pude mais concorrer.

- Mas como você foi para a MUNK?

- Cheguei na MUNK em dezembro de 78, e lá já tinha delegado sindical, conseguido em julho de 78. Mas, o delegado sindical de lá, era controlado pela diretoria da empresa. Como eu já era conhecido por muitos operários da própria MUNK pela minha atuação sindical, tratei logo de ativar o trabalho de base dentro da firma. Seis meses depois, teve eleição para delegado sindical, eu me candidatei e ganho disparado na frente dos outros.

- E como está sendo esta experiência?

- Bem, prá começar, é bom dizer que a maioria dos operários da MUNK é natural de Cotia mesma, cidade que possui só oito anos de industrialização, de baixa consciência de classe. Outra coisa é que a estabilidade não é muita coisa. A gente tem um respaldo maior, e é uma liderança quase natural. Dentro da minha fábrica, qualquer decisão que eu tomo, só faço junto com outros 10 companheiros que se reúnem comigo. Se não for desta forma, cai-se num substituísmo. Tem que se prati-

São Bernardo Assembléia dia 19 e 20 próximos

"Não podemos aceitar o INPC que o governo quer impor aos trabalhadores, sem discussão", tem afirmado o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luis Inácio da Silva, nas portas das grandes indústrias. A campanha em torno do INPC voltou a mobilizar os metalúrgicos em São Bernardo do Campo e Diadema e a categoria já tem duas assembléias marcadas para tomar posição sobre o assunto. Será no dia 19, às 16h30 e às 19 horas e no dia 20, às 10 horas da manhã, no Largo da Matriz, em SBC.

A assembléia vem sendo cuidadosamente preparada pelos ex-dirigentes. Primeiro, houve várias reuniões por fábricas na Igreja Matriz e desde a semana passada vem sendo feitas convocações, através de boletins e jornais da ex-diretoria, em pequenos comícios nas empresas.

Os trabalhadores tem se mostrando receptivos nessas reuniões, apesar de todas as críticas feitas por alguns líderes da Unidade Sindical, no sentido de que a intervenção teria provocado um grande retrocesso no movimento operário do ABC. Retrocesso ou não, a verdade é que os trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema continuam vindo na antiga diretoria do Sindicato, a sua verdadeira liderança. Tanto assim, que todos os problemas internos das fábricas são levados à consideração dos ex-diretores, que realizam plantões diários na sede do Fundo de Greve, a Rua Alferes Bonilha, 47, ao lado da Cooperativa da Volks.

Foi o caso, por exemplo do pessoal da Commander, que teve um acordo assinado em março deste ano (ainda na gestão do Lula) desrespeitado pela empresa. Os metalúrgicos desta indústria foram aos ex-diretores solicitar providências e as negociações tiveram que ser reconhecidas até pela própria diretoria da empresa, ou seja, embora afastados da diretoria do Sindicato, continuam sendo reconhecidos também pelos empresários como os únicos interlocutores válidos, pois o interventor e seus assessores (que agora elevaram sua diária de Cr\$

1200,00 para 1600,00, inclusive aos sábados) não passam de fantoches do Ministério do Trabalho.

Outro exemplo: na Volkswagen, onde a ex-diretoria realizou uma pesquisa sobre um problema de compensação de horas, os trabalhadores colaboraram, devolvendo cuidadosamente preenchido o questionário elaborado por seus dirigentes e ainda escreviam atrás das folhas palavras de incentivo aos líderes cassados e protestos como: "Fora, o interventor".

Para quem pensa que os metalúrgicos de São Bernardo estão deitados em berço esplêndido, esperando pelo desfecho da intervenção, basta dar um passeio pelas indústrias nas horas de saída do pessoal. Ali pode se ver a ex-diretoria convocando os trabalhadores para as próximas assembléias, muitas vezes sob ameaça. Na Scania, por exemplo, durante um comício realizado a semana passada, os ex-diretores foram ameaçados de prisão por alguns PMs, "providencialmente" chamados pela direção da empresa.

Na Ford, uma sessão inteira parou depois de algumas ameaças feitas pela direção da empresa contra o dirigente "Ratinho" José Dilermando Líder da indústria. Esses exemplos vem se multiplicando, na medida em que os trabalhadores ganham consciência de que embora a intervenção seja um fato consumado, não impede o desenvolvimento de suas lutas, seja a um nível mais baixo, como a simples reivindicação de um intervalo para o lanche, ou a nível mais elevado, como a preparação da campanha salarial de abril do próximo ano, o que provocou grande irritação no presidente da Volks, Wolfgang Sauer. A propósito, Lula afirmou que "se o presidente da Volks não quer greve, deixe de tratar seus trabalhadores como escravos, pois na Alemanha as coisas são bem diferentes. Lá, inclusive, eles conseguiram uma jornada de 40 horas (reivindicada pelos metalúrgicos do ABC), depois de 104 dias de greve e se ele não quer greve, deve começar a discutir desde já com seus operários, a estabilidade, o delegado sindical e condições dignas de trabalho". (V. A.)

car a democracia, senão a peãozada junta os braços.

- E para a empresa, tem alguma vantagem?

- Para a empresa tem vantagem também. Mas essa vantagem não amortece a luta. Apenas amadurece a consciência. O delegado é apenas o canal. Questões como igualdade de salário, ambiente de trabalho, salubridade, são resolvidas diretamente com o patrão. As outras, mais de fundo, aí, só entrando na luta com os companheiros de outras fábricas. A verdade é que a empresa passa a respeitar o trabalhador.

- E qual a relação do delegado sindical com o Sindicato?

- O Sindicato vai, faz as eleições, assina os documentos, como eu sou delegado dele. Mas orientação jurídica, ou linha, não é passado. Sou membro da Oposição Sindical, e pesa em nada ser ligado ao Sindicato.

Prá terminar, eu acho que é importante que toda a firma tenha seu delegado sindical, mas o passo mesmo que a gente deve chegar a dar, é ter uma verdadeira comissão de fábrica.

Chile, 7 anos de ditadura militar

O movimento popular se reconstrói

Entrevista com Andrés Pascal Allende, secretário-geral do MIR, organização que propõe, diante do começo da crise da ditadura chilena, unir numa frente os setores populares que recusam se subordinar à burguesia para evitar que a oposição "liberal" possa oferecer ao capital monopolista e ao imperialismo uma alternativa conservadora ao regime de Pinochet, que seria mais um obstáculo à democracia dos trabalhadores.

Neste 11 de setembro, a ditadura do general Pinochet completa sete anos de domínio sobre o Chile. O golpe militar de 1973 foi uma das derrotas graves infligidas ao proletariado e aos povos oprimidos da América Latina, que tiveram como ponto de partida o golpe militar de 1964 no Brasil. Entre 1964 e 1976, (golpe de Videla), predominaram para o movimento operário e popular latino-americano os reveses. Houve, por certo, momentos de ascesso para o movimento de massas neste período: um deles foi justamente o período do governo Allende no Chile, cortado e afogado em sangue.

Nos últimos anos, contudo, a situação vem mudando na América Latina. O golpe de Videla não chegou a esmagar a resistência do proletariado argentino (ver EM TEMPO nº 112), que já em 1977 e 1978 realizou greves importantes. Neste ano, também no Peru, na Colômbia, no Brasil, houve progressos enormes do movimento de massas. Em 1979, a revolução nicaraguense derrubou o tirano Somoza e iniciou um processo de enormes repercussões não apenas na América Central (como em El Salvador), mas em toda a América Latina. Há uma crise política das ditaduras, que coincide com a grave crise econômica do capitalismo mundial, que afeta mais fortemente as economias dependentes.

A ditadura chilena não foge a esta situação. Como deixa claro a entrevista que transcrevemos, há uma lenta, mas real, recuperação do movimento de massas. Dentro de uma América Latina que se agita, também o tirano-símbolo Pinochet fica preocupado. Propõe uma reforma para aperfeiçoar o seu regime: a votação de uma Constituição.

Evidentemente, o ditador não muda o seu estilo. Determina a aprovação em um "plebiscito" de um projeto preparado sigilosamente pelo seu Conselho de Estado. Este projeto contém coisas verdadeiramente notáveis. Por ele, Pinochet poderá ficar no poder até... 1997, já que prevê a possibilidade de reeleição em um mandato de 8 anos. Segundo a avaliação da Junta Militar, o país não está preparado para "um rápido retorno à democracia". Outra coisa: haverá um parlamento nos oito primeiros anos, mas os "parlamentares" serão... nomeados por Pinochet.

A burguesia prepara uma alternativa

Diante desta total ausência de concessões, a oposição "liberal" burguesa não poderia deixar de rejeitar o processo de "transição democrática". Ainda mais que há a mais viva insatisfação popular diante da "proposta". Uma pesquisa do Instituto Gallup registrou 50,7% de

pessoas favoráveis ao projeto de Constituição e 45% contra. Num regime como o chileno, o "apoio" de 50% não quer dizer absolutamente nada; mas a rejeição de 45% quer dizer muito.

A oposição ao plebiscito que até agora obteve maior repercussão foi um "ato político" presidido pelo ex-presidente Eduardo Frei. Frei, como é amplamente conhecido, representa a direita da democracia cristã, e foi conivente com o golpe de 1973. Até agora, tinha recusado qualquer tipo de unidade das oposições (como disse o comentarista Newton Carlos na "Folha de São Paulo" de 04/09, ele tem uma "quase incapacidade de convivência com os grupos mais à esquerda"). No entanto, o teatro em que falou foi lotado por milhares de pessoas de todos os partidos políticos, que gritavam até mesmo "Viva Allende" e a palavra de ordem da esquerda chilena, "o povo unido jamais será vencido". A partir daí, formou-se um "Comitê do Plebiscito", para lutar contra o projeto Pinochet, integrado por todos os maiores partidos políticos chilenos, à exceção do MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) (FSP, 04/09).

Do ponto de vista de Frei e da oposição liberal burguesa, trata-se de preparar uma alternativa não-revolucionária, que não coloque em causa o domínio da burguesia, à ditadura militar. Esta política é apoiada pelos partidos operários reformistas, como o PC e o PS.

A ausência do MIR, portanto, é significativa. Este partido propõe agrupar numa frente "os setores populares que recusam a subordinação à burguesia".

Formado nos anos 60 pela reunião de vários grupos menores (inclusive grupos trotskistas), o MIR foi a corrente com influência de massas que se colocou mais à esquerda no período Allende. No entanto, sofreu das mesmas debilidades que tiveram na época todas as correntes influenciadas ou formadas com base na revolução cubana, e como todas elas, não conseguiu se tornar uma alternativa à política reformista e de colaboração de classes da Unidade Popular (a primeira corrente de influência castrista que conseguiu se impor como uma alternativa, foram, naturalmente, os sandinistas). Com a terrível derrota representada pelo golpe de 1973, o MIR passou por uma grande crise.

Transcrevemos aqui trechos de uma entrevista realizada com o seu principal dirigente atual, Andrés Pascal Allende, seu secretário-geral desde 1974, e o homem mais procurado pelos serviços de segurança de Pinochet. A entrevista foi originalmente publicada pelo jornal da Frente Sandinista, "Barricada".

(João Machado)



Contra-capa de um folheto do MIR chileno

- Que propõe a resistência?

- Além do fato de defender os interesses econômicos e sociais imediatos da classe operária e do povo, a resistência se propõe a derrubar a ditadura militar do capital monopolista, a fim de estabelecer uma democracia dos trabalhadores.

- E como a resistência derrubará a ditadura?

- Graças à força do povo... Mas o imperialismo, nem os grandes capitalistas derrubarão a ditadura, porque eles têm necessidade da ditadura militar para continuar a explorar o povo e a proteger seus interesses. Do mesmo modo, também a oposição burguesa não derrubará a ditadura, pois, além da sua fraqueza, ela não o quer. É claro que esta oposição procura fazer pressão e negociar com a ditadura melhores garantias para os setores da burguesia afastados do poder. Além disso, ela procura oferecer à burguesia monopolista e ao imperialismo uma cartada alternativa, para quando a ditadura não esteja mais em condições de se manter no poder graças à repressão. A resistência agrupa todos os setores populares que recusam esta subordinação à burguesia e que já empreenderam o seu caminho: a guerra contra a ditadura.

- Mas a resistência poderá se manter diante da repressão?

- Efetivamente, a ditadura possui sólidos meios previstos que lhe permitiram fazer recuar o movimento popular e que ela tomasse a iniciativa (...). Mas apesar disto a ditadura não pôde destruir o movimento popular, e este se reconstrói lentamente através da luta reivindicativa democrática legal e semi-legal, da luta política antiditatorial clandestina, das mobilizações ilegais que desafiam abertamen-

te e diretamente a ditadura. Estas lutas demonstram que é possível combater militarmente a ditadura construindo uma força armada do povo que desfeche rudes golpes à tirania. Hoje, nós retomamos a iniciativa, nós desfechamos golpes duros, nós nos construímos. A ditadura, por seu lado, se enfraquece.

Centralizar a revolta das massas

- As ações armadas da resistência respondem a um plano global de luta armada contra a ditadura ou representam ataques espontâneos de certos setores de massa?

- A idéia que se desenvolve atualmente no espírito dos setores mais avançados das massas (juventude, trabalhadores, habitantes das favelas, jovens camponeses, estudantes) é a convicção de que chegou a hora de empunhar as armas contra a ditadura. O papel da resistência é centralizar esta revolta no rumo do desenvolvimento de uma resistência militar organizada e taticamente eficaz (...)

Você fala de milícias de resistência?

- Sim. As milícias são a expressão inicial da força militar da resistência. Elas se constituíram a partir dos próprios movimentos de massas e levam ações armadas contra a repressão, ações de propaganda armada, de apoio às lutas de massa, de sabotagem. A tática de combate é a da guerrilha e ela permite se opor com sucesso às forças repressivas da ditadura.

- Outras forças têm um papel decisivo a desempenhar contra a ditadura?

- Sim. As milícias são a expressão com suas lutas sociais e políticas, com o desenvolvimento da luta direta e violenta e com o apoio que elas dão às forças militares da resistência, consti-

tuem uma extraordinária força combativa. É o poder da insurreição.

- Quando e como as massas se lançam à insurreição?

- A insurreição é o ponto culminante de um processo de lutas. Mas não se trata de esperar, com os braços cruzados. As condições da insurreição se forjam através da luta armada, da luta política e social de massa. Mas também ampliando as organizações de massa operárias e camponesas, das favelas, de todos os setores do povo. Mas sobretudo desenvolvendo uma luta reivindicativa democrática ofensiva. Assim, os prazos são mais curtos do que pode pensar Pinochet.

- O fato de que o MIR se tenha voltado para a organização da resistência popular significa que ele tenha desaparecido como partido político?

- Não. O MIR continua a se desenvolver como partido político próprio. Sua estratégia e seu objetivo de revolução proletária continuam válidos, certamente. Mas isto não é contraditório com o fato de que nós pensamos que no momento atual a tarefa histórica fundamental de nosso povo é estabelecer uma democracia do povo inteiro. A resistência popular surgiu como expressão deste desejo de unidade e de luta de nosso povo. (...)

Unidade e aliança política

- Que chamamento vocês farão aos partidos de esquerda e aos setores realmente democráticos da democracia cristã?

- Até agora, o que impediu a aliança dos diversos partidos anti-ditatoriais, são as falsas esperanças que alguns partidos de esquerda veicularam no que concerne às alianças possíveis com a oposição burguesa. Mas, neste nível, parece-me evidente que uma tal aliança não tem nenhuma perspectiva de concretização. Mesmo os setores mais democráticos realmente da democracia cristã têm consciência da política conciliadora de Frei e da direita de seu partido com a ditadura. O único caminho possível passa pelo reforço da unidade das forças populares no momento em que pensemos que existem bases suficientes.

Quais são as bases mínimas em torno das quais é possível criar a unidade?

- As forças populares pensam que depois da derrubada da ditadura deve se instalar um governo provisório com a participação das forças antiditatoriais e ser convocada uma Assembleia Constituinte eleita democraticamente, chamada a estabelecer as bases institucionais do novo regime democrático. Mas mais que os fins a atingir, são hoje as formas de luta que fazem a diferença. Mas também neste nível, nós pensamos que existem pontos de acordo para poder atingir uma melhor coordenação nas nossas ações comuns ou ilegais em direção aos jovens, às forças armadas, etc. E se existem apreciações diferentes sobre a resistência armada, é pena! Mas isto pode ficar para a liberação de ação na fase atual, pois eu estou seguro de que os avanços unitários no quadro das lutas anti-ditatoriais nos permitirão no futuro novos acordos neste ponto. (...)



Vitória dos Trabalhadores Poloneses

As conquistas obtidas pelo proletariado polonês avançam muito. No dia 2 de setembro, com a abertura da sede do novo "Sindicato Livre", os operários de Gdansk mostraram a direção que vai sendo seguida por outros trabalhadores do país: sindicatos livres, controle operário, embrião de duplo poder na Polônia popular

Por Wagner Cardoso

"Nós estamos acostumados a fazer investimentos improdutivos, o nosso dinheiro é mal gasto. Vejam a proposta do governo de construir uma usina de pré-fabricados, aqui na nossa região, ao lado de uma outra já existente, só porque esta última trabalha a 50% de sua capacidade produtiva. Isto é absurdo, ela será inútil. Talvez o Comitê Central não o saiba, mas nós, os trabalhadores, temos consciência disto: vivemos este tipo de necessidade todos os dias!"

O Sindicato Livre é o instrumento de controle das pequenas e grandes decisões econômicas, em todos os níveis: local, regional e nacional. A necessidade de um novo plano é fundamental. Esta será nossa tarefa de agora em diante." (Declaração de Lech Walesa, no dia 25/09, nos estaleiros "Lenin", durante as negociações com delegados do governo).



Lech Walesa na direção da greve.

Após vários dias de vacilação e recuos por parte do governo polonês, a crise aberta pelos trabalhadores de Gdansk, estava temporariamente resolvida. Dentre as 21 reivindicações do Comando Geral de Greve (MKS), as que mais fizeram refletir os burocratas - direito de greve e liberdade sindical - eram aceitas pelo Comitê Central do POUP, na noite de 31 de agosto. Mas não sem deixar marcas profundas.

A firmeza de Walesa e seus companheiros, na combatividade e na consciência de seus interesses, fez desmoronar o castelo de cartas que é a direção stalinista. Foram vários dias e noites perdidos em reuniões constantes do CC do partido. Os burburinhos que chegavam à Costa Báltica, indicavam os passos que estavam sendo dados pela burocracia, assim como suas divergências internas quanto as soluções para a crise, em função da intransigência dos trabalhadores.

Os operários, por seu lado, em greve geral com ocupação dos estaleiros, viveram 16 dias de verdadeira democracia proletária. Foram jornadas vividas intensamente, em meio a reuniões constantes, palestras, congratulações com outros trabalhadores ou regiões em greve; entrevistas ininterruptas à imprensa internacional; pedidos e recepção da tão necessária solidariedade de todos os trabalhadores do mundo: Sindicatos da França, Itália, Alemanha, Inglaterra, México, Peru, enviavam notas de apoio e ajuda financeira ao Comando. Todos os dias, artesanalmente, eles confeccionavam um Boletim informando toda a população da região da marcha das lutas. Conjuntamente, eles preparavam suas refeições e dormitórios, com a ajuda de todos os presentes.

Todo o processo de discussão com a burocracia foi efetuado da maneira mais democrática, jamais vista pelo movimento operário: as reuniões entre os delegados dos dois lados, eram transmitidas para todo o estaleiro através de alto-falantes. E quando a transmissão era interrompida, vaias do plenário obrigavam ao reparo imediato. Era o controle operário, não só nas reivindicações, mas também no processo de discussão e acordos, que eles estavam construindo. Desta maneira, seus delegados prestariam contas de cada passo efetuado na via antes traçada: auto-organização dos trabalhadores.

A burocracia tentava, com estas concessões, "cedidas somente aos trabalhadores do mar Báltico - fábricas do eixo de Gdansk e Gdynia - e àqueles da fronteira com a Alemanha Oriental,

região de Szececin", conter um movimento que se alastrava, já há mais de dois meses. Mas a lição serviu para toda a Polônia, e no dia 1º de agosto em Wrocław, na Silésia, região mineira, de onde inclusive saíra Gierek para a direção do partido, os mineiros iniciavam seu movimento grevista. Reivindicando basicamente os mesmos pontos do MKS, eles acrescentavam um, que parecia decisivo para aquela etapa das lutas: renúncia do dirigente máximo do POUP, Gierek. Começava aí, então, uma nova etapa na batalha pelos Sindicatos Livres: era o movimento se alastrando, tomando forma organizativa, reivindicatória, e ao mesmo tempo avançando mais um passo: aproveitar as contradições internas da direção stalinista, para aprofundá-las, na direção do seu enfraquecimento, e como consequência, no fortalecimento, agora nacional, da alternativa dos trabalhadores: **Sindicatos Livres do Estado**.

Até então, tanto a direção do Comando de "Lenin", quanto as próprias declarações do Comitê de Autodefesa Social - o KOR -, iam no sentido de "não radicalizar demasiado junto à direção do partido, isto é, não transformar-se em instrumento político alternativo ao POUP, mas sim aceitá-lo como sua direção natural, restringindo-se apenas à plataforma de reivindicações". Era consequência das diferenciações de consciência no seio do proletariado, mas também o cuidado de não atizar a "nação irmã do Leste".

A Queda de Gierek

O movimento grevista transformava-se em uma imensa bola de neve: as vitórias dos de Gdansk, começavam a ser experimentadas por outros trabalhadores. Ao mesmo tempo, o "pau comia" nas altas cúpulas dirigentes. A agência UPI anunciava, no dia 29 de agosto as especulações em torno da substituição de Gierek, por um outro alto dirigente do partido. As vacilações do burocrata-mór, sua renúncia à discussão no primeiro momento das greves; essa inflexibilidade, que ao passar dos dias, e diante da firmeza operária, transformava-se em primeiros contatos. Declarações do tipo: "Respeitamos as exigências dos trabalhadores, elas são corretas, sobretudo porque os sindicatos atuais não mais os representam. Mas, ao mesmo tempo, repug-

namos as infiltrações anti-socialistas, neste movimento puramente econômico, visando as bases mesmo do Estado socialista", deixavam clara a confusão da burocracia, que a partir de então estava personificada na pessoa deste velho stalinista.

Após a conclusão dos acordos com os trabalhadores, e a abertura, por parte destes últimos, já no dia 2 de setembro, da sede do futuro Sindicato Livre, assim com a elaboração de seu Estatuto e a confecção de um boletim semanal, nacional; após as vitórias dos mineiros da Silésia; a direção do partido fazia côro com as declarações da União Soviética, deixando pressintir que o fim de Gierek estava próximo: "É necessário restabelecer a confiança no socialismo. É fundamental que o partido não perca a direção deste processo: os novos sindicatos trabalharão em comum acordo com o POUP", diziam eles.

A perda de "respeito" (sinônimo: direção - POUP) e mais a "perda de identidade", se confundiam com aquele que foi o dirigente deste processo. Logo, todas as penas caíram sobre ele. A sua "substituição por problemas cardíacos", era a repetição da mesma história ocorrida com Gomulka em 1970, que fora afastado "por distúrbios circulatórios graves", e que vive até hoje, em perfeito estado de saúde, mas destruído politicamente. Gierek sofre pois, da mesma doença de todos os dirigentes que são condenados pela história stalinista: quando não mais servem, são apagados dessa mesma história, que eles tanto ajudaram a construir.

Sindicato livre: Dualidade de poder

Com a subida de Gierek, em 1970, logo após os levantes dos operários da mesma região báltica, houve de fato um grande crescimento industrial. A base de financiamentos vindos da URSS e sobretudo de países imperialistas, o POUP conseguiu ao longo destes 10 últimos anos, uma real melhora nas condições de vida e de trabalho, para o povo polonês. Permitindo assim que houvesse um aumento da população ativa assalariada nas indústrias de 29% em 1960, para 50% em 1980. Pode-se analisar como sendo

este um dos fatores da maior conscientização e combatividade atual do movimento: a classe trabalhadora dobrou praticamente em números. Além disso, esse proletariado "novo", não pertence àquela geração das sinistras purgas stalinistas, e tampouco viveram as derrotas internacionais da política de Stálin, que conduziram à II Guerra mundial.

Essa consciência nova, aliada à alguns velhos dirigentes, como Walesa e Anna, que participaram dos levantes de 1970 e 76, fizeram com que o fluxo atual das lutas não reprisassem os erros do passado: Gierek, ao subir, para por "panos quentes" na ebulição social, prometera a oficialização dos comitês de greves, que se tornariam as Comissões dos trabalhadores - órgãos de representação à nível do partido. Mas tais promessas não foram cumpridas. Pelo contrário, o partido conseguiu burocratizar essas estruturas de poder, corromper alguns de seus dirigentes, e por fim, absorvê-los.

Essa qualidade atual dos trabalhadores, agregada à uma vanguarda política, que surgia logo após as greves de Radom Ursus e Gdansk, em 1976, o KOR - composto por intelectuais e operários da vanguarda - fez com que a reação, organização e plataforma das lutas, fossem preparadas quase que minuciosamente, indo numa direção bem precisa: **criação de uma instância de duplo poder**.

Os anseios de auto-organização da classe operária polonesa não ficaram só em aspirações abstratas. Eles foram construídos em todo o processo do enfrentamento com a burocracia, e sobretudo na instalação da sede do Sindicato Livre. Quando no dia 2 de agosto, Walesa declarava: "A greve está terminada. Passamos para uma nova etapa: a construção do nosso Sindicato", eles assimilavam os erros anteriores - não mais confiavam no partido - e criavam **estruturas permanentes** de auto-organização. Esse novo instrumento, único capaz de exprimir suas aspirações e de defender seus direitos, conduz à reivindicação de exercer diretamente o poder num regime cuja Constituição diz pertencer aos trabalhadores!

Essa nova etapa está inserida dentro do processo de Revolução política que vive o povo polonês contra a casta burocrática, usurpadora da Polónia popular, na construção da democracia socialista. Contrariamente aos companheiros do PC brasileiro, que - enfim! pela primeira vez depois do início das greves - acreditam que existe "uma situação nova em um Estado sob a hegemonia da classe operária", nós cremos que os trabalhadores, por não se identificarem com este poder burocrático-stalinista - vide plataforma dos 21 pontos -, que aliás foi transcrita minimamente no "Voz da Unidade" n.º 23; e sobretudo por não verem nenhum canal de expressão no aparelho do partido-Estado, lançam as bases de seu contra-poder.

Para que o processo de Revolução Política atinja uma etapa superior, esse duplo poder dos trabalhadores terá que ir mais além. Claro está que nenhuma "coexistência pacífica" será possível entre os burocratas e os trabalhadores organizados autonomamente. Daí pode-se deduzir que choques violentos estarão na ordem do dia, no futuro imediato. A burocracia, apesar de suas diferenças internas, vai novamente procurar absorvê-los, degenerá-los. Tanto ela, como a burguesia (que depois de chorar com "lágrimas de crocodilo" pela sorte do povo polonês, reagiu oferecendo altos empréstimos à casta dirigente, para que esta se mantenha firme no poder) compreenderam os perigos das atuais concessões.

O MKS foi um exemplo para toda a Polónia. O "Sindicato Livre" nacional, o será também para os outros países do Leste. Novamente a burocracia sofre um impasse. Cabe aos trabalhadores exercerem efetivamente essa auto-organização, materializar pois, seu organismo de duplo poder, que a bola de neve continuará a rolar ...

Leste Europeu

O que pensa a oposição de esquerda

A greve dos operários poloneses deu um grande alento à revolução política anti-burocrática, confirmando as teses dos comunistas dissidentes. Nas condições sociais dos países do Leste europeu as teses da oposição de esquerda ganham a estatura de um "socialismo real", alternativo, conquistando um auditório operário cada vez mais amplo. Publicamos aqui uma resenha das principais teses desta oposição comunista.

Por Andreas Maia

Os conselhos operários criados em uma greve ou em um grande combate revolucionário, mobilizados dentro do quadro da luta pelo controle operário sobre a produção ou dentro de um enfrentamento dos trabalhadores com o poder repressivo do Estado capitalista, constituem os órgãos naturais para o exercício do poder por parte do proletariado. Marx se refere aos "comitês operários" baseado na experiência da Comuna de Paris. Encontramos os conselhos operários no curso de todas as revoluções proletárias contemporâneas, desde os "soviets", que tomaram o poder na Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, até os comitês de fábricas criados recentemente durante as revoluções chilena e portuguesa.

Experiências tais como o sufocamento, por meio da violência, dos conselhos operários na Hungria em 1956, e o sufocamento, menos violento, mas nem por isso menos pernicioso, dos começos de democracia proletária na Tchecoslováquia depois de agosto de 1968, e agora na espetacular greve dos operários poloneses dos estaleiros do Mar Báltico, e que se alastrou pelas principais regiões operárias, confirmaram a **contradição que existe entre a ditadura burocrática, de natureza stalinista e o Estado Operário democratizado por meio dos conselhos operários**. Quando um líder sindicalista como Lech Walesa, diz que "um operário pode contentar-se com um prato de sopa por dia, mas deve ter o direito de tomar decisões sobre os problemas da empresa", certamente não ignora o fato de que os sindicatos livres e os delegados operários nas empresas, na Polônia, são um passo para o estabelecimento de uma forma de organização de gestão da economia e da sociedade com base nos conselhos.

A contribuição à crítica do socialismo realmente existente

A organização do Estado Operário, e mais especificamente a organização da economia no período de transição, articulada pelo exercício de poder por parte dos trabalhadores (sob um regime de "produtores associados", segundo a expressão de Marx), constitui um dos pontos programáticos essenciais da **nova oposição comunista** nos países do Leste europeu. Os comunistas dissidentes dão uma dimensão atual aos fundamentos clássicos da doutrina marxista sobre o Estado Operário. Na Polônia, Jacek Kuron e Karol Modzelewski, formulam uma plataforma de luta anti-burocrática na "Carta Aberta ao Partido Operário Unificado", em 1965. Na Tchecoslováquia, Petr Uhl, um dos signatários da "Carta dos 77", em defesa dos direitos humanos, expõe no "Programa de Autogestão operária e socialista", uma análise crítica da sociedade tcheca, passando em revista todos os aspectos da vida social e os princípios de uma sociedade autogerida. Entretanto, será na República Democrática alemã que o eco do comunismo alternativo ressoará mais fundo no pensamento marxista, reunindo a experiência prática dos movimentos anti-burocráticos com o marxismo-revolucionário ocidental. A "Alternativa" de Rudolf Bahro, é a mais importante obra teórica produzida nas sociedades pós-capitalistas, desde a "Revolução Traída" de León Trotsky, fazendo renascer a tradição teórica marxista alemã, sufocada nos anos 30 por Hitler e Stálin.

Apesar das diferenciações políticas existentes dentro da nova oposição comunista (Bahro é um "eurocomunista" de esquerda, Uhl se identifica com as posições da IV Internacional), suas



proposições convergem para três questões básicas:

- a) a Autogestão operária nas empresas;
- b) a existência das organizações independentes de defesa da classe operária;
- c) a democracia política sem restrição.

Os conselhos operários tem nessas propostas um papel relevante, como forma de organização de uma grande flexibilidade. Permite uma articulação alternativa à burocracia, por meio da incorporação ao máximo da massa de trabalhadores no exercício do poder, superando a separação que existe entre as funções legislativas e executivas do poder, facilitando o controle dos trabalhadores, por meio da elegibilidade e revogabilidade dos eleitos. Cria, sobretudo, um quadro ideal para a existência da democracia socialista, porque constituem uma arena onde as diversas tendências e partidos operários possam debater política e ideologicamente, antes de mais nada, o "socialismo real" da nova oposição comunista, com base nos conselhos operários, parte de uma crítica radical à burocracia nos Estados Operários degenerados do Leste Europeu.

A natureza da burocracia

Para Rudolf Bahro, a expansão das forças produtivas realizada pelo capitalismo e a abolição, depois, da propriedade privada burguesa nos Estados Operários, não passam de condições indispensáveis mas de modo algum suficientes para o advento de uma sociedade socialista sem classes. Esta exige, além de um excedente social suficientemente amplo para destruir a base material que torna inevitável a existência de classe sociais privilegiadas, um esforço constante e consciente para a abolição da divisão social do trabalho. Se a divisão social do trabalho é mantida e se ossifica entre "os que mandam e os que fazem" - como no caso dos países do Leste - a sociedade estagnar-se-á "no meio do caminho entre a sociedade de classes e a sociedade sem classes".

Da mesma forma que Trotsky, Bahro conclui que "não são os privilégios que produzem o monopólio do poder, mas é o monopólio que segrega os privilégios". Foi porque tinham expropriado politicamente a classe operária e eliminado assim toda a possibilidade de controle da massa sobre o modo de distribuição da produção nacionalizada, é que os dependentes do aparelho stalinista puderam apropriar-se, pouco a pouco, de privilégios materiais cada vez mais exorbitantes e que acabaram por criar instituições que permitem conservar e reproduzir tanto o monopólio do poder como os privilégios ("A Alternativa"). Assim, o sentido histórico da

ditadura burocrática, a "raiz do mal" como quer Bahro, consiste no conjunto de mecanismos que mantém o monopólio da administração e de gestão em todas as esferas da vida social, nas mãos de uma minoria privilegiada.

O socialismo é a autogestão operária mais a automação industrial

Em contraposição aos objetivos de gestão burocrática dos stalinistas, Rudolf Bahro não hesita em afirmar que "o objetivo comunista da produção é a liberdade e o desenvolvimento total da individualidade como realidade determinante de transformação da natureza das relações sociais". "Sem uma prática política em torno de uma completa liberdade de participar das discussões cotidianas sobre os valores sociais, os objetivos a atender, as vias para conseguir-lo, não é possível um progresso de emancipação do homem" (Contribuição à crítica do socialismo realmente existente).

Uma organização social construída sobre o modelo da "comuna" e dos conselhos é o que propõe Bahro: "A solução reside em sua forma avançada no princípio federativo, contido dentro da idéia célebre de "livre associação", que por exemplo, determinou a opção de Marx em favor da organização das comunas". As unidades de base do trabalho associado, relativamente autônomas e soberanas, constituem para Bahro, o microcosmo da sociedade de transição ao socialismo.

"Se a democracia operária não existe na fábrica, não pode existir, a fortiori, no Estado", é o que concluem Kuron e Modzelewski em sua "Carta Aberta". A "classe operária não pode ser dona de seu trabalho e da produção se não controla as condições e os objetivos de seu trabalho na fábrica" continua Kuron, sendo que "devem organizar-se nas fábricas e formar Conselhos Operários". É que "por esse sistema de conselhos, a classe operária decidirá o plano econômico nacional, quer dizer, tomará as decisões necessárias e controlará a todo instante a execução do plano". Assim em todos os níveis, por meio de delegados eleitos e revogáveis, os conselhos serão os órgãos de autogestão econômica, política e social.

A concepção de autogestão por parte da nova oposição comunista concentra as decisões da sociedade de transição, de forma consciente, nos **congressos de conselhos operários, em todos os níveis, democraticamente centralizados**, capaz de um desenvolvimento da economia planificada em função de um desenvolvimento econômico

co com base na satisfação das necessidades humanas. O que implica na redução substancial da jornada de trabalho, na generalização do ensino superior e na eliminação progressiva da divisão social do trabalho entre os que "produzem" e os que "administram". A generalização da automação industrial, o desenvolvimento em grande escala das forças produtivas permitido pela vitória da revolução socialista mundial, são as condições indispensáveis apontada pela nova oposição comunista para que a autogestão organize uma sociedade comunista.

Uma democracia política sem restrições

"A fim de que o sistema dos conselhos possa refletir a vontade, a opinião e a atividade das massas operárias, estas devem se organizar sobre a base da pluralidade de partidos", afirmam Kuron e Modzelewski. R. Bahro, afirma por sua vez, que "Lenin, em sua concepção de ditadura do proletariado, leva em conta a atividade das massas" e que "os sindicatos em particular, segundo Lenin, não deveriam ser apenas escolas do socialismo, mas igualmente instrumentos de combate contra a degenerescência do poder do Estado" (Contribuição ao socialismo realmente existente). Esta é uma questão primordial para os teóricos da nova oposição.

Marx e Lenin, assim como Trotsky, nunca sustentaram o princípio absurdo segundo o qual, na fase de **ditadura do proletariado** e de transição do capitalismo ao socialismo, só haveria lugar para um só partido e que a classe operária estaria representada por este partido-único. Pelo contrário, toda a experiência do movimento operário demonstra que a multiplicidade de tendências e de partidos que se reclamam da classe operária corresponde tanto a uma diferenciação social como a uma diferenciação ideológica inevitável no seio do proletariado. O direito de tendência e a liberdade de formar novos partidos - respeitando a legalidade socialista - responde a esta realidade. "Se a classe operária não puder se defender contra seu própria Estado, a democracia operária e a ditadura do proletariado não seriam mais do que uma ficção", argumentam Kuron e Modzelewski.

A democracia dos conselhos implica o livre acesso aos meios massivos de difusão (imprensa, rádio e televisão) e a todo o aparelho institucional, por parte dos trabalhadores. Toda a argumentação de Lenin e Trotsky sobre a superioridade da democracia soviética (dos conselhos) sobre a democracia burguesa parlamentar, desde o ponto de vista do exercício efetivo das liberdades democráticas, que o socialismo deve realizar plenamente está fundada na idéia segundo a qual o socialismo não pode ser construído sem o proletariado e muito menos contra este.

Reforma ou Revolução?

Em seu "Programa de Autogestão operária", Petr Uhl recusa a possibilidade de reformas "por cima" nos Estados Operários: "Nós apelamos para o processo revolucionário: revolução antiburocrática". "Nós damos a este processo um **caráter político** na medida em que a revolução anti-burocrática consiste em confiscar o poder ao centro burocrático e em formar um governo de trabalhadores e de todos os cidadãos" e "na medida em que não reconhecemos a burocracia como uma classe social, nós não reconhecemos a revolução anti-burocrática com a característica de uma revolução social clássica: a revolução política abolirá os obstáculos sociais para uma sociedade sem classes" (Petr Uhl, Programa de Autogestão Operária).



Ozualdo Candeias

“Do meu erótico nem o corintiano gostou”

Iniciamos hoje, a publicação de uma série de entrevistas com algumas pessoas e grupos que produzem arte.

Não há intenção de fechar questões e sim de abrir debates. Portanto, colocamos este espaço à disposição dos que têm algo a dizer sobre a questão.

Por Maria Cesarino e José Mario Ortiz Ramos

- Candeias, como você se posiciona diante desta discussão dos cineastas em torno dos financiamentos, verbas, política da Embrafilme?

- Eu sou contra este mecanismo de financiamento direto aos produtores, eu preferia que o mercado tivesse uma parcela muito maior para o filme brasileiro, até 90%, o que seria mais benéfico ao cinema brasileiro que estar financiando Pedro ou Paulo, etc.

- Você estaria então mais a favor de uma regulamentação do mercado?

- Mais a favor de uma defesa de mercado, do que o Estado financiar a fita. Se bem que eu tenho notado que não há uma influência do Estado nas fitas que estão sendo feitas, se bem que quem está fazendo estas fitas é todo um pessoal que tem a cabeça no lugar. É preciso frisar que aqueles que não estão fazendo fitas com o dinheiro do Estado, se não me engano estão fazendo fitas com o dinheiro do Estado, se não me engano, fazem fitas piores cultural, política e socialmente que os diretores financiados pelo Estado. É uma contradição, mas isto está acontecendo. A fita que tenta ser cultural, política ou social quase sempre é financiada pelo governo. Agora acho que isto se explica pelo fato do governo vir financiando os caras que tem as melhores cabeças no cinema. Então adianta dizer que se a fita é do Estado tem que defender o sistema, não é bem isso. Eu não estou defendendo o Estado porque entrei no convênio. É só pegar as fitas que não foram feitas com o dinheiro do Estado, principalmente as paulistanas, e você vê o que está acontecendo. Uma falta de preocupação total...

- É que estes filmes precisam ser mais comerciais?

- Ninguém se preocupa. Daí eu começo a perceber que isto da procedência do capital já nem pesa, ou deixa de pesar na realização da fita. Eu acho que o cinema de peso que está sendo financiado pelo Estado, não está orientando no sentido que o Estado quer.

- Então você acha que os cineastas que lidam com a Embrafilme tem uma certa margem de manobra, de liberdade?

- Eu acho que eles estão tendo liberdade. Por exemplo eu apresentei dois projetos para o Convênio Embrafilme-Governo do Estado um de acabamento que é a “A opção” e um novo o “Manelão”, e eram coisas que já estavam prontas e foram aprovadas. Então eu quero aqui ressaltar o seguinte: eu pelo menos não fiz argumentos para o Convênio, ou para a Embra. Eram coisas que eu já tinha e que foram aprovadas. Por isto que eu acho que ninguém interfere muito. O que pode interferir é que depois o problema passa para a censura. O que eu acho é que o Convênio é algo que importa ao nosso cinema, pelo menos no momento, é uma maneira de ajudar a fazer o cinema brasileiro que ainda não está pronto. E os caras realmente de



Candeias de câmara em punho

cinema em S. Paulo estão interessados em defender este Convênio.

Eu concordo com quem diz que o dinheiro é do povo e que a gente deve empregar bem melhor, mas o cinema brasileiro ainda não está pronto e vem sendo feito por este pessoal todo que pode ser até útil. Agora se de repente você diz: - Vamos acabar com a Embra, com esta verba. Sabe o que acontece? Ao acabar com tudo isto você acaba também com a obrigatoriedade e aí você vai engulir bagulho importado, idéias importadas. De maneira que você tem que se cuidar um pouco...

- E porque só agora com o Convênio você conseguiu financiamento para os seus filmes? Quando você estava filmando mais regularmente, entre 68 e 73, outros cineastas conseguiram verbas do Estado.

- Não, antes da Embrafilme já existia um financiamento chamado de dinheiro de remessa, do extinto INC. O Khoury sempre trabalhou com isto aqui em S. Paulo. Eu quase fiz uma fita com este mesmo dinheiro, chamava “Iemanjá, aquela que veio das águas”. Mas daí eu me aborreci e resolvi não fazer, porque eu não gostei de uma série de atitudes e quem acabou fazendo foi o Maurice Cappovila.

Agora o fato de eu nunca ter feito uma fita com o dinheiro do Estado não tem nada de extraordinário. É que eu nunca me interessei em apresentar um projeto. É que para mim apresentar um projeto é um negócio chato, pois eu gosto de trabalhar sem roteiro, sem plano de produção. Então teria toda esta burocracia, além de ter que arrumar uma firma para poder fazer. É eu nunca tive a vontade de fazer esta ou aquela fita. Eu tenho vontade de fazer uma fita, gosto e me

empolgo com este ou aquele tema, mas não sou destes caras que tem a fita da vida deles. A fita da minha vida é qualquer porra aí que pintou para fazer e é aquela que tem que ser, a gente então trabalha... E depois tem o seguinte: eu vou procurar os meus argumentos, a minha motivação, no que acontece no cotidiano, principalmente nas notícias populares, que é onde eu acho que a gente tem todo um manancial para a motivação do argumento. No entanto, o cinema de S. Paulo e o brasileiro tem uma preocupação com o que vem da Europa, e até da Noruega, Suécia...

“Uma das minhas preocupações é ser o menos literário possível”

- Uma coisa que se nota nos seus filmes é que o roteiro não é a coisa mais importante, e sim o assunto e depois a própria filmagem. Aí aparece uma outra dificuldade com os financiadores: como apresentar um esboço se o central da criação se dá na própria filmagem?

- A minha maneira de trabalhar é a seguinte: eu sempre tive uma preocupação muito grande com a imagem e procuro raciocinar em termos de imagem. Quase todo cara que faz um roteiro pensa: - Agora o cara faz aquilo, o que vai falar, etc. Eu já penso de outro jeito, é uma maneira talvez mais difícil, mas a que eu me adapto mais: é o que o cara está fazendo e porque está fazendo e agindo desta maneira. Por exemplo se ele mata porque ele mata? Ele não vai ficar falando porque. Então eu faço um roteiro de cenas para apresentar e ele nunca

fica parecido com a fita pronta. O pessoal até brinca que pode filmar de novo que dá certo, e às vezes até fica melhor. Mas é que eu penso é na imagem, como as coisas acontecem. Uma das minhas preocupações e que tenho feito experimentações é ser o menos literário possível nas minhas fitas, eliminar a participação dramática da música, onde a música nada tem a ver com a fita a não ser para ajudar a imagem ou enganar o público. Porque se você põe a imagem bonita e uma música de Bach, Mozart, ou Tônico e Tinoco, as vezes você pode até tirar a imagem da tela que os caras gostam. Então como eu tenho uma preocupação pura e simplesmente com o cinema, eu andei experimentando tudo isso.

Esta última fita minha, “Aopção” por exemplo, não tem trilha musical nem nada. “Candinho”, “Zezéro” e “A Visita...” também não tem. Em “Aopção” tem toda uma parte que são mulheres na estrada, com ruído de caminhão, existem algumas músicas cantadas, mas saem de rádio de caminhão ou de inferninhos por onde as mulheres passam. Não há música de acompanhamento para ajudar a criar clima. Eu quero eliminar tudo isto. Tem gente que me ataca muito. Outra coisa: o que me preocupa não é o talento do ator, nem o mundo dêle. Tem atores que ficam puto da vida comigo, mas acho que eles não chegaram a entender bem. O que é muito importante para mim em cinema é a tipologia, e vem daí a condição do sujeito fazer aquele negócio, em seguida eu construo o resto e é tudo com a câmara mesmo. Fiz muita pesquisa neste sentido com a música, com a câmara, com a máquina fotográfica. É o problema de pegar uma imagem fotográfica e fazer ela provocar uma emoção. Já na Margem a minha preocupação era não com a razão do espectador e sim com os sentidos dele. “A Visita...” inclusive foi preso no primeiro dia da jornada da Bahia pela Censura Federal e deixou todo mundo apavorado.

- Mas qual é o problema da fita?

- Não tem nada de extraordinário, é um problema de peso da imagem e uma trilha que era para ninguém entender. As pessoas não entendem, querem entender, pensam que é para ser entendido e saem do cinema. Então foi uma experiência que fiz e que resultou boa. Todos ficaram sem saber o que era, e a fita ficou quinze dias presa na censura.

Uma outra experiência foi “O Meu Nome é Tonho”, uma imagem despreocupada, uma fita bem caipira, claro, sem ser caricatura. Pois Cornélio Pires, Mazaropi e outros mostram um caipirismo caricato que atende muito uma classe social no sentido da dominação etc. Nesta fita também o que vale é a imagem. Quando exibida aqui em S. Paulo todos os dias no cinema alguém chamava o gerente e dizia que onde se viu passar uma fita dessas, pra tomar providên-

ciasm, chamar a censura, a polícia. No fim da fita a Bibi Vogel levanta a saia para o público, e tinha gerente de cinema que quando me via na rua imitava a Bibi Vogel, levantava a saia para mim e dizia: - Ô pô, viu o que você me fez.

"Foi no prestígio do Agnaldo que eu arrumei comida, senão não tinha fita"

- E como é que apareceu a chance de fazer um filme comercial como o "Caçada Sangrenta" em 1973?

- Não foi chance. A "Caçada Sangrenta" nasceu porque o David Cardoso, que trabalhou na "Herança" e não ganhou nada, o negócio dele era ser produtor. Era muito amigo do Agnaldo Rayol, também ator da "Herança", e inclusive foi no prestígio do Agnaldo que eu arrumei comida neste filme, senão não tinha fita. No começo tinha comida pra cachorro, mas não sei o que o David aprontou com o dono do restaurante que no fim sumiu a comida. Era rodízio, e nos primeiros dias o rodízio era total no fim só vinha arroz e feijão e mais nada, e o garçon dizia: - Cuidado que ainda vão cortar isto também. Ai é que entra a "Caçada". O David tinha um monte de matérias pagas do governo do Mato Grosso e queria ser o produtor. Dentro de dez ou quinze dias eu arrumei uma estória, meio sem roteiro, botei as matérias pagas, e meio na ignorância saiu a fita. Agora: se a fita deu uma renda de três vezes o custo para o David, em seguida ele fez com o Jean Garret "A Ilha do Desejo", ou qualquer coisa assim, e deu por exemplo dez vezes. É claro que ele não deve ter ficado muito contente comigo como diretor, eu tenho minhas idéias próprias e talvez não agrade muito.

- Daí, você no esquema da Boca ficou meio mal visto?

- Não, não fiquei. E não me importa muito. Pois aqui quando um cara procura um produtor, ele deve estar no mesmo nível dele, senão não tem papo. Então, ou eu transo com alguém consciente de cinema, ou vou transar aqui embaixo com alguém a perigo.

- Mas e uma produção hoje com o Galante, o Palácio, etc? Eles investiriam em você?

- Não. Mesmo a "Caçada" deu um pequeno lucro, mas o David não iria mais fazer fitas comigo, e nem ninguém. "O Meu Nome é Tonho" deu dinheiro, mas não foi considerado fita comercial. E a minha maneira de fazer não é de dar dinheiro. E hoje, para fita aqui, você tem que se alinhar, se você não alinhar com o que eles querem, não dá. O meu erótico da "Caçada", por exemplo, nem o corintiano, o povão, gostou.



Cena do filme "A Margem" de Candeias

- Mas por exemplo "A Margem" e "A Aopção" são longa-metragens feitos em recursos próprios. Você acha que hoje ainda dá para fazer uma produção sua e lançar aí no circuito comercial?

- O problema é o seguinte: "Candinho", "Zezéro" e "A Visita..." foram fitas experimentais que, na minha opinião não tem compromisso absolutamente nem com o público, nem com a censura. Tem aí uma porção de fitas que são chamadas de subterrâneas e que não são, porque uma fita que é mandada para a censura e é ou não é

censurada, deixa de ser subterrânea, ela não está cumprindo propósito. Subterrânea, para mim, ela não o tem compromisso nem com o público nem com a censura, ela é feita com liberdade, na medida do possível. Então, "Candinho", "Zezéro" e "A Vista..." eu fiz com o máximo de liberdade permitida, que não podia ir muito além disto, porque senão nem mesmo esta elite a quem eu estava querendo contar uma coisa eu não iria conseguir. Agora a questão da elite é o seguinte: nem sempre você está pensando na quantidade, às vezes qualidade vale muito mais e a partir da qualidade você começa a dar o seu recado, que pode ser retransmitido, entende? Então esta é a razão de ser destas fitas subterrâneas, e mais ou menos também das outras fitas, só que aí eu faço muito mais concessão, e eu acho que tenho condição de fazer concessão, e de me censurar ou de não me censurar.

- Mas voltando um pouco, "A Margem" e "Aopção" são longa-metragens feitos em épocas diferentes, e nos dois você tentou uma independência. Eu te pergunto se hoje ainda é possível esta independência?

- Olha, no meu caso não é o problema da independência sabe? Eu acho que o problema meu, sério, é poder fazer a fita que eu acho que vale a pena ser feita, porque para mim é às vezes trabalhoso, meio crítico eu resolver fazer uma fita comum ou um "Candinho" ou "Zezéro", né? Porque no momento, embora eu possa ter todos os meios, as idéias que posso realizar às vezes não me convencem. Então o fato de eu fazer ou uma ou outra fita não se prende simplesmente à questão dos meios. Inclusive, a gente fala muito em independência, mas essa independência é muito relativa se a gente levar isso às últimas consequências, a gente por exemplo é o resultado de uma série de

informações que têm um milhão de anos ou dois. Eu parto do seguinte: tenho que inventar a fita porque ninguém vai fazer a fita para mim e nem investir em mim. Por isso eu eliminei a independência do negócio.

Agora acho um pouco crítico dizer que o Mojica é independente. Não é. Ele é um cara que faz a fita que está sendo vendida, a fita que todo mundo tá querendo, e não importa de onde vem o dinheiro, dos alunos dele ou de onde. E por exemplo, o Sganzerla faz "O Bandido da Luz Vermelha", a turma diz que é independente, marginal, mas o dinheiro ele pegou no banco, pegou uma distribuidora com dinheiro, um tema da moda, e resolveu fazer uma coisa meio godardiana assim, e fim de papo. Então não sei se estas pessoas estão certas ou erradas. Eu acho que o cara que realmente pode ser independente é o Bressane, independente de se a fita dele presta ou não. Pelo seguinte: ele tem um dinheiro que não sei de onde sai e faz a fita que mais ou menos ele quer, sabe. Esse cara pode ter certa independência. Quanto ao resto, quase sempre está ligado a fonte do capital.

"Na "Aopção" tinha bóia-fria que me ajudava a fazer foco"

E o teu cinema...

Olha, o que eu acho importante numa fita minha é isso: que sejam colocadas umas coisas nossas, os nossos problemas, a nossa cultura, etc. E, principalmente, as coisas que ninguém está dizendo. Desde "A Margem" o meu raciocínio é este.

- Mas você acha que hoje ficou mais difícil conseguir dinheiro para uma produção?

- Não, dificuldade de pegar o dinheiro não existe, você tem que ter a condição de pegar. Agora a dificuldade de fazer depende da gente inventar, não é? Aonde quebrei realmente a cara foi na "Herança". Sabe lá o que é fazer um longa metragem só com assistentes e mais um ou outro cara ajudando e mais nada? Agora "Aopção" foi pior ainda. Quer dizer foi pior, mas para mim mais fácil porque era uma fita melhor, para mim mais consequente, e eu fiz esta fita sem assistente mesmo, sem nada: punha a máquina nas costas e por exemplo foco, alguma zoom, foram feitos pelos próprios atores que na maioria das vezes são pessoas do local. Tinha bóia-fria que me ajudava a carregar a máquina, ou ensinava o sujeito a fazer foco porque eu não podia fazer todas as coisas. Mas foi uma das minhas melhores experiências em cinema. Por ser mais difícil e minha ambição ser maior também, né? Então eu tinha que andar 200 quilômetros por dia e tinha que filmar, andar de manhã à noite, buscar comida, carregar o pessoal. Eu tive que montar, tive que fazer som, sair pelas estradas para gravar o som da fita, depois dublei os caras aí num quarto qualquer, sabe, não tinha estúdio e no fim dá um resultado assim razoável.

Terminar "Aopção" só foi possível com o dinheiro do Convênio, e no fim empreguei no máximo 300 mil e acabei devendo cento e pouco que pretendo pagar. E naturalmente ela só foi possível porque quase todos os atores que trabalharam nela colaboraram comigo, porque praticamente ninguém ganhou nada. Para fazer esta fita eu andei perto de vinte mil quilômetros. Tem uma parte que se passa perto da fronteira da Bolívia, e fui até Belém do Pará. Você vendo a fita talvez não perceba isto, mas no contexto era importante. Inclusive esta fita no original, na minha cabeça, estava muito aquém do que ela é na realidade. No processo de fazer eu fui modificando, tive que modificar para encontrar situações. A fita era meio bocó, sabe, meio lírica. Era sobre mulheres e tal, mas tinha um outro enfoque. Só sei que na hora que começo a fazer, eu vou mudando.

O insólito cinema de Candeias

A filmografia de Ozualdo Candeias talvez esteja um pouco esquecida, pois desde 1973 não é lançado em circuito comercial um filme daquele que talvez seja o mais significativo diretor paulista. Censura econômica e oficial se incumbiram de afastar Candeias das telas cinematográficas, e o circuito paralelo nem sempre cumpre o seu objetivo.

Candeias emergiu em 1967 com "A Margem", um filme poético que surpreendia pela quase ausência de diálogos aliada às imagens fortes. O mais intrigante, comentava-se na época, é que se trata de um excofer de caminhão que realizou o filme com seus próprios recursos. Em 1968 ele filmou o episódio "O Acordo" do filme "Trilogia do Terror". Mas o fôlego de Candeias se mostraria longo, e em 1969 ele volta a carga com o polêmico "Meu Nome

é... Tonho". Para espanto geral, um ano depois filmou uma versão caipira do "Hamlet" de Shakespeare que se chamava "A Herança", com o qual faturou o prêmio Air France de melhor diretor do ano.

O período pós-68 iria atingir também Candeias, que só ressurge em 1973 com uma tentativa de incursão no cinema comercial, filmando para o produtor David Cardoso o "Caçada Sangrenta". Candeias neste filme realizou uma outra proeza: subverteu o esquema comercial da produção e criou uma curiosa síntese de erotismo com a sua visão da realidade brasileira.

É justamente neste período, que ele mesmo diz ter sido "...uma época brava, do Médico, em que minha pele correu risco..."; que quase clandestinamente dois média-metragens de

Candeias agitavam a pasmação cultural: "Zezéro" (1973) e "Candinho" (1974) eram avidamente discutidos nas universidades e cineclubes. Posteriormente, ele ainda realizaria um curta-metragem - "A Visita do Velho Senhor".

Agora Candeias retorna com um novo longa-metragem - "A opção" (escrito junto mesmo) que deverá ser lançado brevemente. Desta vez o diretor resolveu enfocar as mulheres trabalhadoras do campo que como diz: "um dia, cansadas ou cientes dos limites dos seus horizontes, botam o pé na estrada, ou melhor, a bunda no banco de um caminhão para tentar sobreviver na cidade grande".

Candeias está mais vivo do que nunca, e logo vai iniciar um novo filme, "Manelão", que narra a trajetória de um matorral profissional e será financiado pela Embrafilme.

A briga pelas creches

Em São Paulo, o Movimento de Luta por Creches está mais avançado do que no resto do país.

Aqui, uma entrevista com três de suas representantes:
Raquel e Amelinha do setor sul e Clara do setor norte.

Por Thais Helena e Maria Tereza Verardo

- Como nasceu o Movimento de Luta por Creches?

Raquel - A gente sabia que já havia em vários bairros algumas mobilizações por creche há tempos. É claro que no primeiro Congresso da Mulher Paulista essa era uma questão que não podia faltar no temário, e mesmo que a gente esquecesse, o número de mulheres de periferia participantes faria com que ela surgisse com toda força.

Foi assim que a gente lançou a idéia de uma luta organizada e unificada. Na primeira reunião do movimento apareceram representantes de 44 bairros. Contou-se casos incríveis nessa reunião. Casos de mães que lutavam por creches há muito tempo e que a filha continua lutando sem conseguir nada. Casos de gente que tinha creche indireta e não tinha como sustentá-la, os absurdos em termos de educação das crianças que aconteciam nessas creches. Começaram a fazer reuniões de mães para discutir isso. Assim que a prefeitura ficou sabendo dessas reuniões suspendeu a verba, e elas tiveram que sustentar a creche na base da campanha do quilo e coisas assim. Campanha do quilo é bater de porta em porta e cada um dá um quilo disso, um quilo daquilo prá sustentar a criança.

- O que significa creche indireta e creche direta?

Amelinha - É o seguinte: tem creche direta que é a creche mantida pela prefeitura, construída pelo governo, que é a creche que o movimento reivindica, e tem a creche indireta que é a construída pela prefeitura mas que é mantida por entidades filantrópicas, por ex. a Igreja, a Associação das Senhoras Católicas, etc. Elas dão uma parte da verba para a creche. A creche conveniente que é convênio da Prefeitura com a Sociedade de amigos de bairro com a união dos moradores, enfim com uma entidade de moradores qualquer. Praticamente a prefeitura só vem mantendo este tipo de creche, só abre convênio, não tem mais construído creches. Depois do movimento ela está construindo algumas.

As conquistas

- Além de conseguir que a prefeitura voltasse a construir creches, o que mais que o Movimento tem conseguido?

Amelinha - No início do movimento existiam 119 creches: três diretas, 24 indiretas e o restante conveniadas. O convênio cobria 70% do total das crianças, com uma verba de Cr\$ 600,00 por criança. (Atualmente a verba é de Cr\$ 1.600,00 cruzeiros por criança). Mas com nossa luta já conseguimos verba para 100% das crianças de uma creche. Vamos continuar lutando para estender esse benefício para as outras creches.

- Quais são as outras reivindicações do Movimento, além dessas?

Clara - Conquistar creches diretas, ou seja, que o governo se torne responsável pela educação das crianças. Mas veja bem: nós queremos creches construídas e mantidas pelo governo, mas nós queremos também interferir administrativamente e pedagogicamente nestas creches.

- E vocês já estão conseguindo isto?

Raquel - O pessoal foi dia 16 de julho numa concentração na prefeitura, e entre outras coisas prepetiu-se mais uma vez a reivindicação da participação dos pais na orientação da creche. O prefeito que promete tudo disse que eles teriam inclusive interesse de contratar pessoal do bairro para trabalhar na creche, e sugeriu que se fizesse algo por escrito para que pudesse ser encaminhado.

Amelinha - O problema é que a gente não tem garantias de que isso se concretize. Existe toda uma política entre o prefeito e a coordenadoria do bem estar social - que é quem coordena essas creches - com sérias divergências. Eles brigam tanto que uma hora dão uma informação, outra hora dão outra...

- Como é que vocês organizam o trabalho nas regiões e aglutinam as mães?

Clara - Nós começamos com uma pesquisa em determinados bairros, já contando com a participação de algumas mães. Tenta-se levantar o número de creches no bairro, o número de crian-



ças em idade de frequentar as creches e tenta-se chamar mais mães para ajudar na pesquisa. As mães se entusiasma muito porque vêem a possibilidade de se conseguir alguma coisa.

O trabalho da pesquisa além de ser um levantamento tem também um caráter agitado. Além disso fizemos alguns abaixo-assinados para o prefeito, que servem também de agitação e propaganda do movimento.

Raquel - A minha experiência foi um pouco diferente, começou via USP. Foi interessante porque um dia alguém colocou um cartaz "Quem estiver precisando de creche, reunião dia tal e tal hora", juntou umas 30 pessoas interessadas, todos estudantes, que decidiram reivindicar uma creche perto da cidade Universitária, com revezamento das próprias estudantes para cuidar das crianças, sem prejudicar o horário das aulas. Começamos essa discussão e resolvemos ampliar a creche para professores e funcionários da USP. Começamos a colocar cartazes pela Universidade. Ficamos sabendo que tínhamos o direito de exigir uma creche na USP, era um serviço que a reitoria deveria oferecer. Acho que foi o primeiro movimento que juntou funcionários, professores e alunos. Foi muito interessante essa mistura, essa troca de experiências. Mas não durou muito porque a reitoria revelou aos funcionários que eles estavam proibidos de participarem de qualquer coisa junto com alunos. De qualquer forma o movimento na USP foi muito original. Tinha criança na porta da reitoria de chapuzinho pedindo creche, ganhou as primeiras páginas de jornais. E foi assim que a gente ficou sabendo, de algumas lutas iniciais nos bairros, estabelecemos um primeiro contato com esse pessoal que mais tarde veio a formar o Movimento de Luta por Creches.

- Hoje o movimento está só nos bairros ou existe alguma coisa em termos de empresa?

Raquel - Teve uma época que havia comissões inter-sindicais no movimento. Tinha a comissão das empregadas domésticas, das químicas de Guarulhos, das químicas de São Paulo. As funcionárias da Abril chegaram a conversar com a gente sobre a possibilidade de se formar uma comissão na Abril. Enfim, tinha a participação de algumas comissões por empresa, mas percebeu-se que esse pessoal tem que levar o movimento é no seu sindicato.

- O Ministério da Saúde deu início num projeto de creche domiciliar, um pouco inspirado naquilo que existia na França, ou seja, uma mãe seria contratada para tomar conta das crianças do quarteirão ou do bairro, e receberia um salário para tomar conta dessas crianças. Em Cuiabá

tem as chamadas crecheiras, em Curitiba também. Como é que o Movimento vê isso?

Amelinha - Eu penso que este projeto da mãe-substituta como a prefeitura chama, é inviável. Uma mãe tem quatro ou cinco filhos, numa casa em péssimas condições e sem espaço para os seus cinco filhos. Como é que ela vai cuidar de 20 crianças ou mais? É claro que essas crianças vão ser mal atendidas. Além disso ela só tem contato com a Assistente Social uma vez por semana, quando recebe os alimentos e quando pode contar com vão as coisas e só. Eu tenho dúvidas se essa mulher trabalhando dessa forma isolada vai ter condições de atender as crianças. Além disso essa é uma forma de tirar a responsabilidade que a sociedade tem da educação das crianças, nem questiona isso com as outras mulheres. Além disso qual a experiência educacional que essa mãe tem para cuidar das crianças?

Raquel - Eu tenho muito medo do que você acabou de dizer. Veja, eu vou citar o exemplo da escola. Grande parte das crianças vão à escola. As mães entregam seus filhos nas escolas e a professora passa a ser considerada uma especialista, detentora de alguns conhecimentos que as mães jamais poderão adquirir. Enfim, a professora é a especialista, o que ela diz não é contestado, não é discutido. Eu tenho muito medo disso transferido para a creche. Eu acho que as mães tem muito a dar, mesmo que não seja uma especialista em educação. Nas discussões sobre creches eu já ouvi coisas assim: "Lá na creche onde meu filho vai ele aprende certos comportamentos e volta pra casa dizendo, esse brinquedo é meu, quando lá em casa eu compro brinquedo pra todos, não é pra cada um". Eu só quis dar um exemplo de situações que são colocadas na cabeça da criança por esses especialistas que não tem nada a ver com educação comunitária que é o que a população quer mais, acha mais desejável, tem mais vínculos com o tipo de situação social que eles vivem. Acho que a mãe também tem muito a dar.

As dificuldades

- Quais são as maiores dificuldades do movimento?

Clara - Em termos de reivindicação acontece o seguinte: O Movimento se estendeu muito mais nos bairros do que nos sindicatos porque as mulheres que lutam por creches são mulheres que trabalham fora mas em empregos como faxineiras ou empregadas domésticas. E pela sua própria condição não tem carteiras nem nenhum seguro ou garantia para quando ficarem desempregadas, além de ganharem muito mal. São mulheres que precisam das creches diretas

porque não podem pagar outro tipo de creche.

Já a discussão com o pessoal de sindicatos ou de empresas é outra. Elas vão reivindicar a creche a quem? Ao sindicato? Ao patrão? A empresa? Eu acho esse um problema muito sério. Além disso a mulher que trabalha fora numa firma tem um horário muito pesado, e tem que voltar pra casa pra fazer o serviço de casa e cuidar dos filhos, ela quase nunca pode participar de reuniões. Em geral quem vai as reuniões são pessoas que não tem filhos e se dispõem a lutar por aquelas que tem. Outra dificuldade é que a reivindicação quando levantada não chega efetivamente a mobilizar a direção do sindicato e é colocada como último ponto das reivindicações da categoria, e na hora de acordos em que se precisa abrir mão de algumas reivindicações da categoria essa é a primeira que cai fora. E com relação a empresa, para ela é muito mais econômico pagar uma multa que é um quinto do salário mínimo do que manter uma creche.

Amelinha - Outro problema muito grande é a CMV, Corpo Municipal de Voluntárias. É que quando a gente começou a luta ela foi se tornando bem acurrada. Uma vez na prefeitura foi aquela violência. A PM querendo bater nas mulheres e nas crianças. Então o pessoal da CMV foi nos bairros conversar com as mulheres. São as esposas de administradores e autoridades da prefeitura falando com as mulheres dos bairros que nós não sabemos pedir as coisas, que fizemos tudo errado. Textualmente: "Eu estou querendo pintar minha casa e aí eu falo com o pedreiro e ele se recusa. Aí você xinga o pedreiro? Aí que ele não pinta mesmo. Agora se você for falar com a mulher dele ela sempre dá um jeitinho, e conversa com ele. Aí ele vai pintar sua casa. Agora vocês vão conversar com o prefeito desse jeito? Porque não vão conversar com a mulher dele, com a gente pôxa? Nós estamos af pra isso". Foi exatamente assim que elas falaram com as mulheres da zona sul, prometendo creches e trabalhos para algumas mães. Resultado: muitas mulheres continuaram indo nas nossas reuniões e nas delas. Assim garantiam uma creche dos dois lados. Depois disso começaram a dar alguns cursos de "como fazer um prato de camarão com leite de coco" "como rir sem fazer rugas", uma mulher que estava num desses cursos falou: "moça se a gente não tem dinheiro nem para comprar arroz vai ter prá comprar camarão?" e ela respondeu que isso não era pra elas fazerem em casa mas para elas fazerem para as patroas. A verdade é que conseguiram bagunçar bastante nossa organização até que conseguimos botar elas pra fora.

O feminismo

- E a participação das feministas no Movimento?

Raquel - Logo depois do II Congresso a gente fazia as reuniões no centro da cidade, no sindicato dos Jornalistas. Aí tava cheio de feministas. Só que para as mulheres da periferia era muito difícil. Então nós resolvemos fazer por regional, e as reuniões passaram a ser nos bairros. Aí as feministas desapareceram, e justo no momento em que se precisava mais delas, para fazer cursos, pensar num processo de alfabetização, de educação nas creches, etc.

- Vocês que são feministas independentes, acham que esta luta por creches é uma luta feminista?

Raquel - Depende do enfoque que você dá para ela. Em primeiro lugar é pré-condição para a libertação da mulher. Você não pode falar em liberdade, sair de casa, trabalhar fora, participar do mundo se você precisa ficar amarrada aos filhos.

Em segundo lugar, a gente está cada vez mais questionando a educação diferenciada que a gente tem, e esse é mais um momento de - a pretexto de creche, discutir a educação diferenciada. Então é de como colocar o movimento de luta por creches num contexto que seja de mulheres. Porque se você não fizer isso, creche também pode ser alguma coisa para quebrar o galho, simplesmente um treino de luta, hoje por exemplo luta-se por creches, amanhã por água, luz, esgoto. A questão é como você enfoca e a continuidade de que você dá a questão.

Rio Grande do Sul

A solução é a mesma

Já em 1976, um levantamento oficial revelava que mais de 100 mil crianças estavam necessitando de creches no Estado. De lá para cá, a necessidade apenas se agravou.

Da sucursal

O diário gaúcho, Folha da Tarde de 4 de abril de 1980, fez uma reportagem sobre creches, revelando a carência dessas instituições tanto na capital como no interior do Rio Grande do Sul. Apenas 132 creches estão localizadas na região metropolitana, área onde há maior participação da mulher no mercado de trabalho, em face da elevada concentração industrial.

Os números falam

Pelos elementos apresentados na reportagem, verifica-se que o descaso dos responsáveis pela política social no estado ainda permanece idêntico ao existente em 1976, quando um levantamento oficial revelou que mais de 100 mil crianças estavam necessitando de creches. Naquela época, os números indicavam a necessidade, em todo o estado, de pelo menos mais 428 creches, que atendessem às crianças do grande número de mulheres que trabalhavam fora do lar. Deve-se ainda levar em conta que, no Rio Grande do Sul, mais de 60% dos trabalhadores exercem atividades em empresas com até 10 empregados e que, assim, não estão obrigados a manter serviços de atendimento materno-infantil.

Apenas 47 creches, em todo o RS, mantêm convênio com 447 empresas, seguindo a determinação legal que exige a compra de vaga pela empresa, quando em seu quadro funcional tenha um grupo de 30 mulheres acima de 16 anos e não haja um local apropriado onde as mães possam atender aos seus filhos, nas horas de trabalho.

De acordo com dados oficiais, a população infantil de zero a sete anos, cresceu de 582.335 em 1970, para 697.768 em 1975, no Estado e hoje esse número deve ser duplicado, pelo menos.

As mobilizações têm início

Como tem acontecido em diversos lugares do país, no RS também começam a ser iniciadas as mobilizações sobre o problema das creches e de pré-escolas. Foi a partir de uma discussão sobre a questão da Mulher Trabalhadora, da Semana Sindical Independente, que surgiu a idéia de uma ampla campanha que abordasse o difícil problema da guarda das crianças durante as horas em que os pais devem ir ao trabalho.

Embora as mulheres sejam as mais sensibilizadas para a questão, porque a elas toca a tarefa mais pesada da educação e cuidado das crianças, foi de consenso geral que o assunto é de interesse de todos e que cabe ao Estado prestar esse serviço à população.

O movimento se estruturou através de uma coordenação formada por representantes de entidades (sindicatos, associações de bairros, clubes de mães, grupos feministas), e de diversas comissões, encarregadas de realizar as tarefas de levantamento de dados, divulgação e mobilização, bem como de arrecadar fundos para os trabalhos. Todos os trabalhos terão como objetivo fundamental a discussão e a conscientização entre a população, principalmente de vilas e bairros operários, da necessidade de se organizarem para reivindicar uma solução mais justa para o problema das crianças, que na sua maioria não tem qualquer tipo de atendimento materno-infantil e pré-escolar, causando intranquilidade nos pais que devem deixá-los abandonadas quando vão ao trabalho, ou então obrigando mui-

tas mães a deixarem seus empregos para atende-las.

Para isso, está-se preparando um questionário a ser aplicado pelos próprios moradores desses bairros e trabalhadores de diversos sindicatos, que servirá como veículo de discussão, levantando as necessidades principais de cada comunidade, principais horários para o atendimento das crianças, idades, etc.

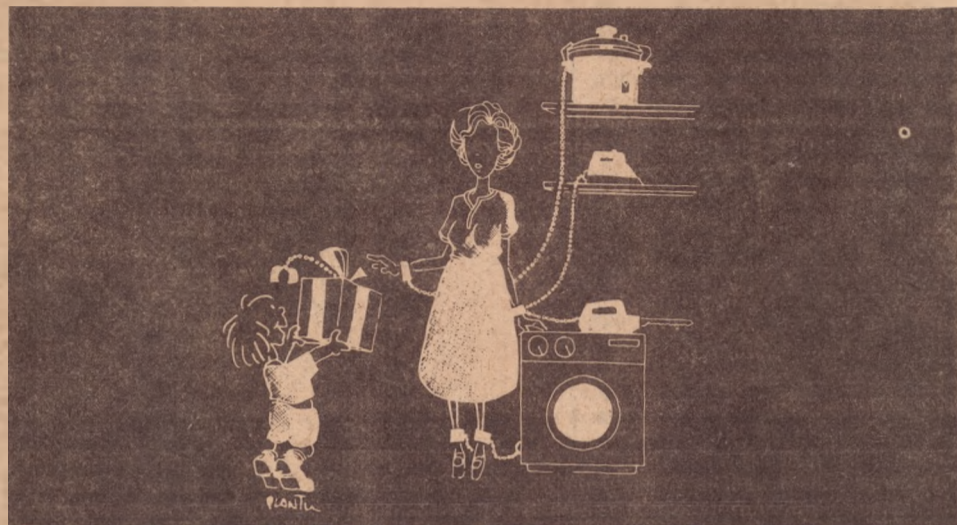
Sabe-se que já existem projetos de urbanização que prevêm a obrigatoriedade de creches em 27 vilas de Porto Alegre. E é nesse sentido que o movimento pretende inclusive levantar a discussão sobre o assunto, para que os moradores possam ter as condições de conhecer sua realidade e discutir sobre seus interesses específicos, que tipo de creche ou pré-escola é mais interessante para aquela comunidade, etc. Além disso, manter o controle sobre os estabelecimentos que já existem, e que muitas vezes são meros depósitos de crianças ou se deparam com outros problemas sérios, como falta de verba ou de pessoal adequado, chegando inclusive a não funcionar prédios especialmente edificados e equipados por falta de gente.

O movimento, que já se chama Movimento por Creches e Pré-escolas de Porto Alegre, aparece num momento em que cresce a necessidade da discussão e organização, principalmente das mulheres. A nós, cabe a difícil tarefa de abrir mão de nossa própria integração produtiva na sociedade através de nosso trabalho. E é por isso que tentamos ampliar ao máximo esse movimento, para que toda a sociedade possa pensar soluções mais justas.

Também em Pelotas

Também em Pelotas, o problema de falta de locais onde deixar os filhos, começa a ser motivo de discussão e mobilização. Na Universidade Federal, os estudantes e alguns funcionários e professores, começaram a levar seus filhos para a faculdade, não só por não terem onde deixá-los, mas principalmente como forma de protestar contra a inexistência de creche na Universidade. Além disso, protestam contra o projeto que está sendo elaborado pelos professores da Faculdade de Ciências Domésticas, mais um curso onde as mulheres devem ser maioria (total e absoluta) que propõe a criação de uma "creche experimental", com apenas 19 vagas e restritas aos filhos de professores e funcionários.

O movimento por creches, que começa a se organizar, coloca que a necessidade de atendimento às crianças é bem mais ampla do que essas escassas 19 vagas e que os estudantes devem ter o direito de também colocarem seus filhos aí. Esse movimento é formado por vários pais descontentes com a situação, por um grupo de mulheres estudantes e conta com o apoio de alguns professores. Eles pretendem realizar uma ampla discussão com os pais da Universidade, em cima dos três projetos existentes (o da fac. de Ciências Domésticas e outros dois elaborados por estudantes de Arquitetura), elaborar um projeto conjunto que atenda às necessidades de estudantes, professores e funcionários que tenham filhos e não tenham condições de pagar exorbitâncias cobradas pelas creches particulares. Um projeto que seja discutido e elaborado pelos pais das crianças que utilizarão a creche, e onde as diversas escolas (como Arquitetura, Educação) tenham condições de interferir.



aparte

Por um jornal popular de esquerda

A conscientização das bases, o trabalho tipo "formiguinha", nas fábricas, vilas e até mesmo universidades é a única forma de se encaminhar a massa para uma direção revolucionária.

A vanguarda política brasileira (ainda não revolucionária) e os setores consequentes da esquerda têm plena consciência disso.

Todos hoje voltam-se para as bases revisando as posições esquerdistas e sectárias de 1968. Nasce o PT estruturado prioritariamente na organização das bases.

Enfim crescem cada vez mais os trabalhos de conscientização das bases, rumo a uma situação revolucionária, embora pareça que não é um trabalho muito produtivo, mas que encontra ainda muitas dificuldades para fazê-lo.

E uma destas dificuldades é a falta de um jornal de nível nacional da esquerda consequente, um jornal popular. Como militante de base sei a dificuldade que traz a ausência deste tipo de material. Sei também que é o jornal *Hora do Povo*, com suas manchetes e conteúdo sanguíneo, suas propostas reformistas e sua condução ideológica nula, que ocupa este espaço entre as bases operárias.

O jornal *EM TEMPO* apesar de ser um bom jornal não é um jornal específico no que se refere à defesa de posição e, também, não é um jornal para a base. Pelo contrário, seu conteúdo destina-se estritamente à vanguarda consequente.

Surge então a necessidade deste tipo de publicação. Um jornal popular que tivesse como parâmetros: 1) a intransigente defesa de um PT sem patrões; 2) apoio e cobertura das oposições sindicais; 3) matérias em defesa de uma Constituinte e Liberdades Democráticas; 4) didático, mas com um conteúdo revolucionário identificado com o Programa de Transição de Leon Trotski; 5) e por fim ceder espaço para as opiniões de base.

Isto é, um jornal popular, mas revolucionário, de posição, com penetração na base.

É deste jornal que necessitamos, que a base necessita. É uma tarefa árdua sim, mas possível e importante. Material humano existe.

Está aberto o debate. Que outras pessoas escrevam opinando.

Saudações Socialistas, Carlos Stegeman - Porto Alegre.

EM TEMPO:

Conselho Editorial e Administrativo:

Eder Sader (presidente), Aloísio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Aires, Sérgio Alli, Tom Duarte.

Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.

Diretoria: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Aires.

Editor Chefe: Flávio Andrade.

Dir. Responsável: Robinson Ayres.

Arte: Sergio Papi.

Sucursais:

Belo Horizonte: Av. Cristóvão Colombo, 550 Tel.: 224-0127. **Porto Alegre:** Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20. **Rio de Janeiro:** Caixa Postal 4680. **Salvador:** Av. Joana Angélica, 8 sala 44. **Fortaleza:** R. Castro e Silva, 1169 Tel.: 22-6804.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S.A.

R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - São Paulo CEP 05414 - Tel.: 852-8880.

IMPRESSÃO: Editora Joruês

R. Gastão da Cunha, 49 - Tel.: 531-8900.

Anistia para todos os estrangeiros

O que significou a recente Lei Contra os Estrangeiros baixada pela ditadura e como retomar a luta contra o avanço da repressão no Cone Sul e pela solidariedade aos estrangeiros no país.

Por Júlio Tavares

A já famigerada "Lei dos Estrangeiros" teve, ao menos, uma qualidade: chamou atenção sobre a angustiante situação de centenas de milhares de não-brasileiros vivendo atualmente em nosso país. Em sua maioria chilenos, argentinos, uruguaios e paraguaios, refugiaram-se no Brasil devido à situação política e econômica a que as bestiais ditaduras do Cone Sul reduziram seus países natais. Em número menor, encontramos originários dos mais distintos pontos do globo que por diversos motivos, aqui procuraram reconstruir suas vidas.

A situação desta população é de profundo desespero. Sem documentos, vivem sobressaltados pela possibilidade de serem expulsos com destino incerto; para sobreviverem são obrigados a trabalhar por salários aviltantes, a se submeterem a toda sorte de exploração. Ao lado da já natural angústia de se encontrarem longe dos seus, falando e vivendo uma realidade estranha, junta-se a esta insegurança cotidiana e profunda: o medo de combinar pelos próprias ruas da cidade.

Era nossa obrigação acolher - sem perguntas ou preconceitos - estes golpeadores pela sorte: ninguém sai do seu país por luxo. A "Lei dos Estrangeiros" vem, contraditoriamente, criar toda sorte de dificuldades para a solução deste problema. Com ele o governo preocupou-se, somente, em armar-se de um arsenal "legal" que lhe permita selecionar, pesar, arrebatar ou confinar todos aqueles que não caírem em suas graças. Tudo como se tratasse de gado, não de gente. Mais ainda. Arrogou-se o direito de decidir os destinos dos pais, mães, esposos e esposas da própria cidadania. o controle do Estado-Figueiredo vai agora até o mais íntimo da vida do brasileiro: sua família.

Somos Todos Estrangeiros

A xenofobia governamental chocou-se com o mais profundo da consciência nacional: no Brasil somos, efetivamente, todos "estrangeiros". Fora os ameríndios, martirizados por terem nascido nessa terra, a origem de todos nós recua a um forâneo que aqui aportou. Seja um lusitano desgarrado, um africano

arrastado desde o Continente Negro, um italiano trazido para substituir um escravo que escasseava, etc. - nossa origem será, sempre, "estrangeira". Portato, nem mesmo a pueril justificativa da defesa da "nacionalidade" perdoa a ação governamental.

Falha a desculpa da "nacionalidade", foi levantada pelo governo a badalada defesa do mercado nacional de trabalho. O Brasil pode, porém, com suas vastidões e riquezas, alimentar milhões de seres a mais. O que reduz o próprio brasileiro à indigência não é a falta de trabalho ou espaço, mas sim uma sociedade voltada para o lucro e a exploração. o próprio fato de mantermos esta população de não-nacionais na ilegalidade só interessa aos patrões; sem papéis estes trabalhadores estão obrigados a aceitarem salários infames, permitindo maior lucro ao capital e facilitando a queda dos salários. São também fonte de sonegação de obrigações sociais.

Dificultando a regularização dos "estrangeiros" o governo tem objetivos claros. Permite ao capital uma mão-de-obra barata: pode

controlar e intimidar um setor da população. Mais ainda, como parte destes refugiados constituem-se de antigos militantes sindicais e políticos, poderá manejá-los a gosto. Poderá, ao bel-prazer, determinar uma extradição protegida e sancionada pela "lei". Os "pedidos" dos

governos "amigos" poderão, também, serem resolvidos na "legalidade". O que acontecer do outro lado de nossas fronteiras não será, é claro, da responsabilidade governamental...

O que pretende o governo

O governo teme, sobremaneira, que o Brasil se transforme em refúgio para os perseguidos da América, isto golpearia fortemente os "pactos" e "planos" de cooperação entre os organismos repressivos latino-ameri-

é que somente parte desta população encontra-se aqui por motivos eminentemente políticos; a grande maioria foi banida de seus países pelas miseráveis condições de vida.

A alternativa de solução real desta situação premente e que permitiria uma condição de vida condigna para todos, é uma anistia irrestrita para todos os "estrangeiros". Todo o não-brasileiro que se encontra atualmente em situação irregular terá o direito de aqui permanecer com o visto de permanência definitiva. Os poucos que apresentem problemas criminais comuns seriam encaminhados para parecer da Comissão de Direitos da ONU.

Uma ampla Campanha de Solidariedade

O repúdio nacional à "Lei dos Estrangeiros" motivou importante discussão; a possível aceitação de modificações formais, propostas pela Igreja (logo após rechassada), diminuiu o ímpeto do debate. A posição discriminatória do Conselho de Segurança Nacional, exigindo a aprovação do projeto por "decurso de prazo", e as promessas de remendos posteriores nesta iníqua legislação, arrefeceram a oposição popular, que se estruturava. Tudo isto, deve-se à confusão entre o combate a, agora, "Lei" e a luta por uma anistia para esta população. Trata-se de problema distintos. Em um caso temos a luta pela revogação ou modificação radical desta legislação; e no outro, uma campanha nacional mais abrangente.

Para alcançarmos esta anistia devemos gestar o mais amplo movimento democrático de massas. Na sua vanguarda deverão se encontrar todos os ex-refugiados políticos brasileiros, que nos momentos mais duros da ditadura nacional, receberam o asilo generoso da população de outros países. Este movimento deve reunir, sem excessões, todos os que se dispuserem a nele participar.

A luta pela anistia para os não-brasileiros irregulares, não é somente um dever de solidariedade. É, atualmente, a melhor e mais efetiva forma de combatermos pela construção dos laços de fraternidade internacional que devem existir entre os oprimidos de todo o mundo.



canos. As ditaduras do continente não poderão descansar tendo junto as suas fronteiras planos golpistas que ameaçam outros países latino-americanos, tais como a Colômbia. Para as ditaduras é essencial fechar esta janela de liberdade: para os trabalhadores é necessário escancará-la.

Anistia Irrestrita

Temendo a oposição que se levantou inicialmente contra esta "Lei", o Planalto sugeriu, extra-oficialmente, que se poderia solucionar o problema com pedidos de asilo político. Nada mais tortuoso. Estes pedidos são estudados um a um; o governo poderá discriminar todos aqueles que os pleitearem. Os beneficiados estariam sujeitos a uma suspensão de seus estatutos. Não poderiam participar de nenhuma atividade tida como "política": as reivindicações salariais são um exemplo. O grande problema

Flagrante na Polícia Federal

Por equívoco, um ofício - Ordem de Busca - da Polícia Federal, caçando dois paraguaios no Brasil, terminou chegando à sede da OAB no Rio.

"Engano leva carta da DPF à sede da OAB". Esta era manchete de um dos jornais da grande imprensa, no último dia 5.

Aos mais desavisados, esclarecemos que não se tratava de uma carta-bomba, e DPF significa Departamento de Polícia Federal. O comunicado da carta, porém, soou como uma explosão e as vítimas são dois paraguaios, contra os quais uma ordem de busca, por serem acusados de atividades "comunistas".

O engano, que a princípio causou risos, tinha o triste sabor das perseguições políticas, que muitos de nós conhecemos, e que hoje para os estrangeiros que residem no Brasil se encontra legalizada, através da Lei dos Estrangeiros. Uma lei draconiana, que

não foi um engano do governo brasileiro, mas sim a extensão e legitimação da perseguição política extra-territorial, empreendida pelos regimes repressivos do Cone Sul.

É interessante notar que a carta traz abundantes informações sobre os paraguaios e com o tom de certeza daqueles que sabem o que estão fazendo. E isto chama a atenção pois, partem de órgãos que recentemente têm colocado a sua incapacidade para desvendar os misteriosos atentados terroristas contra setores democráticos do país. É estranho que diante da auto-proclamada incapacidade, eles se coloquem tão prontamente e com tamanha segurança no encaixe de estrangeiros, com a justificativa de que estes não tendem aos interesses nacionais.

Interesses nacionais de quem?

Não são poucas as empresas no Brasil que contratam por "baixo do pano" mão-de-obra estrangeira para se livrarem das despesas trabalhistas e pagarem salários mais baixos. Outro elemento curioso é que grande parte das empresas do país pertencem à estrangeiros, que não são perseguidos. E mais, que os interesses nacionais são considerados vitais, e daí a aprovação da lei, quando se sabe que os governos ditatoriais do Cone Sul têm se reunido nos últimos anos com o claro sentido de desenvolver mecanismos que freiem as manifestações internas dos setores que lutam por uma

sociedade justa e por uma real fraternidade dos povos latino-americanos.

A realidade torna-se mais irônica quando o governo, apesar de garantir seu firme propósito de continuar os planos de abertura, e quando o ex-presidente chileno diz que a democratização do Brasil poderia provocar alterações em regimes como o chileno, manda aprovar por decurso de prazo a Lei dos Estrangeiros. ou melhor, contra os estrangeiros. Claro está que não interessa ao governo brasileiro uma democracia sem aspas, e muito menos às ditaduras do Cone Sul.

E para confirmar este quadro, aí está a ordem de busca da DPF, que publicamos ao lado.

Caça aos "Comunistas"

A íntegra da Ordem de Busca

1.1 Celsa Ramirez, conhecida comunista paraguaia, ex-esposa de Derly Vilagra Arzamendia, dirigente comunista paraguaio, atualmente vivendo com Carlos Jorge Salaverra, originária de Itá/Paraguai, há aproximadamente 25 dias viajou para São Paulo em companhia do amante a fim de fixar residência provisória.

1.2. Celsa e Carlos quando vieram para o Brasil, com o conhecimento da comunidade de igrejas paraguaias, pretendiam viajar para Moscou a fim de cursar a Universidade Patrice Lumumba, beneficiários que foram de bolsas de estudos conseguidas pelo Partido Comunista Paraguai.

2. Dados solicitados: possível localização no território nacional. Se caracterizada a presença dos nominados em território nacional, pede-se levantamento do endereço; dados de qualificação; fotografias; atividades; ligações. Possível data de saída do país com destino a Moscou".